

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Gabriel Volpi Muzzi Martins**

**Manoel Bomfim: sentidos da revolução**

**JUIZ DE FORA**

**2023**

**Gabriel Volpi Muzzi Martins**

**Manoel Bomfim: sentidos da revolução**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Rubem Barboza Filho

Juiz de Fora

2023

**GABRIEL VOLPI MUZZI MARTINS**

**MANOEL BOMFIM: SENTIDOS DA  
REVOLUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições

**Aprovada em 30 de janeiro de 2023.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof(a) Dr(a) Rubem Barboza Filho -  
Orientador**

**Universidade Federal de Juiz de  
Fora**

**Prof(a) Dr(a) Christiane Jalles de  
Paula**

**Universidade Federal de Juiz de  
Fora**

**Prof(a) Dr(a) Milton Lahuerta  
Universidade Estadual Paulista**

**Juiz de Fora, 23/11/2022.**



Documento assinado eletronicamente por Rubem Barboza Filho, Professor(a), em 31/01/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Christiane Jalles de Paula, Professor(a), em 02/02/2023, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Milton Lahuerta, Usuário Externo, em 06/02/2023, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 1051326 e o código CRC 2A2484D3.

Aos meus pais (*in memoriam*)  
e à minha esposa Nathália pelo apoio essencial.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora pela formação e por todo o suporte necessário durante a caminhada, sobretudo nas condições peculiares da pandemia com o Ensino Remoto Emergencial. Agradeço aos professores do Programa pelo aprendizado que tanto expandiu meu horizonte dentro das Ciências Sociais, em especial Felipe Maia, Rogéria Dutra, Paulo Fraga, João Dulci e Jorge Chaloub. Agradeço principalmente ao professor Rubem Barboza Filho, por quem nutro profunda admiração desde a Graduação, pela generosa disposição em me orientar nesta trajetória de amadurecimento intelectual e pessoal.

Agradeço à professora Christiane Jalles e ao professor Milton Lahuerta pela participação na banca e por todo o ensinamento contido em suas considerações durante o processo de submissão e defesa desta dissertação.

Agradeço aos colegas pelos momentos compartilhados, mesmo que sob a frieza das telas, pelas reflexões edificantes nas disciplinas cursadas e pela criticidade constante ao longo da dura conjuntura política vivida entre os anos de 2020 e 2022.

Agradeço à minha esposa Nathália pelo cuidado e carinho.

Por fim, agradeço à Vó Cida (*in memoriam*) pelo amor e incentivo incondicional aos meus estudos.

“Quando vêm as noites belas,  
Onde povoa a poeira das estrelas  
E das constelações,  
Eu fito o abismo que a meus pés fermenta,  
E onde, como santelmos da tormenta  
Fulgem revoluções!...”

(Castro Alves)

## RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões sobre os problemas do colonialismo na formação social latino-americana, em especial do Brasil, a partir do pensamento social brasileiro. Como fonte de análise buscou-se intérpretes de verva reconhecidamente radical, politicamente revolucionários, que defendem uma ruptura profunda com a herança colonial dentro de seus projetos emancipatórios. O enfoque na sociedade brasileira trouxe à pesquisa diferentes autores e entendimentos de Brasil e de revolução, dentre eles destacou-se Manoel Bomfim (1868 – 1932), selecionado como objeto de análise a partir de seus trabalhos *América Latina: males de origem* (1905), *O Brasil na América* (1929), *o Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931). Nessas obras, foram identificados os diferentes movimentos de interpretação histórica e significação política que o autor traça para pensar revolução no Brasil. A veia crítica de Bomfim em relação às classes dirigentes permitiu-lhe elencar e categorizar aspectos reacionários recorrentes nos processos de ruptura e transição do Estado brasileiro e a traçar possibilidades de ampliação da democracia e da justiça social mediante um “utopista” projeto de revolução popular.

Palavras-chave: Revolução; Colonialismo; Pensamento Social Brasileiro; Manoel Bomfim.



## **ABSTRACT**

The present study presents reflections on the problems of colonialism in Latin American social formation, especially in Brazil, from the Brazilian social thought. As a source of analysis, we sought interpreters of verve admittedly radical, politically revolutionary, who defend a deep break with the colonial heritage within their emancipatory projects. The focus on Brazilian society brought to research different authors and understandings of Brazil and revolution, among them Manoel Bomfim (1868 - 1932), selected as object of analysis from his works *Latin America: evils of origin* (1905), *Brazil in America* (1929), *Brazil in History* (1930) and *Brazil Nation* (1931). In these works, the different movements of historical interpretation and political significance that the author traces to think revolution in Brazil were identified. The critical vein of Bomfim in relation to the ruling classes allowed the author to list and categorize recurring reactionary aspects in the processes of rupture and transition of the Brazilian state and to trace possibilities of expansion of democracy and social justice through a "utopian" project.

Keywords: Revolution; Colonialism; Brazilian Social Thought; Manoel Bomfim.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	7
<b>Objetivos da Pesquisa</b>	17
<b>1. A trajetória intelectual de Manoel Bomfim e o desenvolvimento de suas ideias.</b>	19
1.1 Educador, homem público e intelectual.	19
1.2 América Latina: males de origem.	23
1.3 Males de origem no ideário da Velha República	27
<b>2. Genealogia das ideias</b>	34
2.1 Referências teóricas de Manoel Bomfim	34
2.2 A recepção de suas ideias	39
<b>3. Revolução e o pensamento revolucionário de Manoel Bomfim.</b>	46
3.1 Reflexões iniciais	46
3.2 O legado da Revolução Francesa	47
3.3 Pensamento e revolução na América Latina	48
3.4 Revolução no pensamento de Manoel Bomfim	55
<b>Considerações finais</b>	86
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	87

## Introdução

A condição colonial é marco histórico e situacional para as nações latino-americanas. De uma forma característica, o Brasil tem em sua formação o processo de independência feito pelas mãos da Coroa portuguesa e a instauração da República operada em um golpe de Estado. Lamentavelmente, esse tipo vil de ruptura política destaca-se em nossa história. O processo independentista e as reformas operadas “por cima” demarcam o aspecto dos demiurgos da engenharia política nacional e fazem névoa sobre movimentos emancipatórios populares que sonharam um país mais justo e democrático. Em termos históricos, a representação política nacional carrega elementos oligárquicos conservadores, como o fenômeno ubíquo do patrimonialismo. Esse método despendido por elites políticas sedimenta-se na cultura política do Brasil, tornando o Estado distante das necessidades do povo, incapaz de cumprir seu extenso conjunto de deveres professados na Carta Magna. Na reprodução de traços políticos e culturais coloniais talvez seja possível identificar uma tradição própria e, em sua antítese, os teores característicos de um pensamento revolucionário anticolonial e anti-imperialista. A ruptura e a revolução como “missão por fazer” nas sociedades latino-americanas constituem-se em ideias e ideais perseguidos nesta investigação, em especial os sentidos da revolução no pensamento do intelectual brasileiro Manoel Bomfim. Por *sentidos*, esta investigação entende não somente os significados e reflexões do autor em torno da temática revolucionária, mas também *sentidos* como devir, como direção e rumo de um projeto político emancipatório, identificado a partir da análise de suas obras.

O colonialismo pode ser compreendido como um elemento de nossa identidade continental? Para responder tal questão é necessário conhecer suas expressões no pensamento latino-americano para, em seguida, refletir sobre os problemas de fundação de uma identidade continental, dada a particularidade política, histórica e cultural de cada nação da Ibero-América. Os ventos utópicos da Pátria Grande (UGARTE, 1922) e o processo de integração da América Hispânica, iniciado pelo libertador Símon Bolívar, são referenciais que inspiram determinado espectro do imaginário político. É por esse ângulo,

nessa forma de pensamento político, que este estudo se debruça, com o anticolonialismo e o anti-imperialismo dando o tom da luta comum das nações do sul, situando-as na ordem do mundo e anunciando o porvir de um longo caminho emancipatório e integrador.

O dilema da formação da identidade nacional se faz presente nos processos emancipatórios da América, compreendidos desde os primórdios da Revolução Americana, em 1776, até as Independências ibero-americanas. A partir de meados do século XIX, as ideias da matriz positivista e evolucionista começam a circular na Ibero-América, com o intuito de refletir as questões próprias do caráter nacional (OLIVEIRA, 1988). Nesse período, a reação à influência estadunidense na região revela-se nos termos do anti-imperialismo. É na rejeição às correntes teóricas estrangeiras hegemônicas e ao imperialismo que nasce o matiz do pensamento social e político que será apreciado neste trabalho.

Um ponto importante a se considerar sobre o pensamento social na Ibero-América é o papel fundamental dos clássicos para a reflexão sociológica, cultural e política, pois servem como referências bem estruturadas e definidas de conceitos e categorias (ALEXANDER, 1999). Vale salientar a importância das nuances e do contexto onde determinadas formas de pensamento se manifestam (MANNHEIM, 1977). Para vislumbrar tal questão basta observar, por exemplo, a ampla gama de configurações que o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo assumem em diferentes sociedades. As circunstâncias locais conformam as perspectivas (ORTEGA Y GASSET, 1967) e lançam novas possibilidades de significado. O aspecto histórico é fundamental na construção do pensamento e das questões teóricas, sendo a tradição e a cultura vetores concorrentes para a configuração de formas típicas do pensar filosófico latino-americano (ZEA, 1985). No que tange ao peso da tradição no conhecimento da América Latina, Jorge Cañizares-Esguerra em *Como escrever a História do Novo Mundo* (2011) destaca a influência duradoura e poderosa do Barroco no fim do período colonial e pondera que:

“(...) a ênfase da historiografia tradicional nas identidades como opostos binários (ou seja, colonizados/colonizadores, ameríndios/europeus) deixa escapar muitas das interações que de fato caracterizam as situações coloniais. (...) Acredito que as colônias e as metrópoles não podem ser estudadas isoladamente e que suas trajetórias históricas são informadas por suas interações mútuas.” (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2011, p. 25)

Meditar sobre uma suposta unidade simbólica continental requer um olhar abrangente da questão latino-americana, abarcando aspectos históricos, políticos e culturais. Nesse sentido, América Latina revela-se como um conceito polissêmico, podendo ser compreendido como uma ideia hipostasiada em sentimentos de pertencimento difusos em variados traços culturais como língua, formação étnica e tradição, em especial na Hispano-América (BETHELL, 2009). Além disso, América Latina é um referencial dos processos coloniais de formação para os povos ibero-americanos, sendo o colonialismo uma forma de identidade continental, de uma experiência posicional compartilhada.

Este estudo deu enfoque a *estilos* ou *formas de pensamento* (MANNHEIM, 1968) com caráter radical em relação à imaginação da soberania política e cultural da América Latina, em especial no Brasil. A forma do pensamento social e político latino-americano pode ser identificada a partir das reflexões da formação social comum, sob o ponto de vista do processo histórico de conquista e da condição colonial, bem como nos esforços de construção de uma imaginação intelectual crítica ao teor eurocêntrico do conhecimento produzido pelo cânone da Europa em relação às sociedades e culturas do Novo Mundo. A fim de identificar esses elementos no pensamento social brasileiro, a produção intelectual do escritor Manoel Bomfim (1868-1932) foi selecionada como ponto central de análise.

A investigação começou pelo estudo da obra de Bomfim *América Latina: males de origem* (1905) identificando certo pioneirismo do autor ao inserir o Brasil num amplo contexto latino-americano. Partindo de um ponto distinto do pensamento social brasileiro da época, a pesquisa mapeou, de

forma geral, o ideário presente nas reflexões da Primeira República e o lugar do pensamento de Bomfim em torno da questão nacional, além de sua relação com a noção de América Latina. Manoel Bomfim destacou-se como voz dissonante em relação ao discurso hegemônico, então concentrado na influência positivista das primícias da República e, posteriormente, em relação ao darwinismo social e ao racismo. O autor apoiou-se na chave do colonialismo e nas relações históricas e políticas próprias para localizar a América Latina e o Brasil e pensar as condições dessas nações já independentes e republicanas em relação à modernização cultural e econômica concentrada na conjuntura mundial da transição do século XIX para o século XX.

Manoel Bomfim construiu um pensamento crítico e propositivo que ficou à margem do pensamento social e da historiografia por muitas décadas após seu falecimento, mas que foi retomado há pelo menos quatro décadas em inúmeros trabalhos acadêmicos, como será demonstrado adiante nesta pesquisa.

Um novo interesse sobre o pensamento de Manoel Bomfim vem sendo desenvolvido, incluindo o autor na plêiade interpretativa da formação social latino-americana. Tal posição compreende os projetos políticos ligados à ideia de unidade da América Latina, suas derivadas noções de soberania, bem como leituras sobre os correlatos processos de constituição das Repúblicas e formação dos Estados nacionais latino-americanos. Nessa esteira, consideramos como fundamental a obra *Modernidades Extremas: Textos y prácticas literarias em América Latina* (2016)<sup>1</sup> da pesquisadora guatemalteca Mónica Albizúrez Gil. A obra é fruto do doutoramento na Universidade Tulane, de pesquisas realizadas no Departamento de Português e Estudos Brasileiros da Universidade Brown e, por fim, no Instituto Ibero-americano de Berlim.

---

<sup>1</sup> ALBIZÚREZ GIL, Mónica. *Modernidades extremas: Textos y prácticas literarias en América Latina*: Francisco Bilbao, Manuel González Prada, Manuel Ugarte y Manoel Bomfim (Nexos y ... de América Latina nº 48) (Spanish Edition) . Iberoamericana Editorial Vervuert. Edição do Kindle.

Albizúrez Gil traça pontos de reflexão a partir de autores que classifica como “clássicos literários da compreensão da complexa modernização cultural latino-americana”, notadamente José Martí em *Nuestra América* (1891) e José Enrique Rodó em *Ariel* (1900). A autora identifica obras contemporâneas a esses clássicos que estiveram à margem da historiografia e dos estudos literários que, no entanto, apresentam-se como instigantes extremos imaginativos da modernização dos Estados Nacionais na América Latina. Sua pesquisa mobiliza quatro representantes: o intelectual chileno Francisco Bilbao, o peruano Manuel González Prada, o argentino Manuel Ugarte e o brasileiro Manoel Bomfim.

“Pocas certezas y muchas paradojas proveían estas obras a un tiempo convulso que demandaba de los intelectuales estatuir marcos de interpretación capaces de transformar, en significados estables y productivos, las múltiples violencias que acompañaron la delimitación de los espacios nacionales y la ubicación de América Latina como una zona periférica en la conciencia planetaria de finales del siglo XIX y principios del XX. (...) Las escrituras y las prácticas literarias de estos autores supusieron en un primer momento una presencia polémica: Francisco Bilbao en conflicto con la élite intelectual de Santiago de Chile en la década de 1840, de la que participaban, por ejemplo, Andrés Bello y Domingo Sarmiento; Manuel González Prada, enfrentado a Ricardo Palma; Manuel Ugarte, en controversia con José Enrique Rodó, y Manoel Bomfim, objeto de los ataques de Silvio Romero. Estas disputas, que incidieron indudablemente en esa trayectoria de la excesiva visibilidad al silencio, irradian una serie de pautas sobre cómo el campo literario latinoamericano estuvo minado de desacuerdos y disensiones sobre los alcances y las direcciones de la modernización en las sociedades de la segunda mitad del siglo XIX y principios del XX.” (Albizúrez Gil, M. pp. 16 – 17, 2016.).

A inserção de Manoel Bomfim no cenário intelectual latino-americano enseja pesquisa e aprofundamento para dimensionar a relevância de sua obra, em especial de *América Latina: males de origem* no nascente século XX. Para tal fim, além da análise da obra de Albizúrez Gil, serão arroladas considerações de relevância sobre o caráter da obra de Bomfim no pensamento social brasileiro e na sociologia dos intelectuais, em autores da estirpe de Antônio Cândido, Darcy Ribeiro, Dante Moreira Leite, além dos

marcos acadêmicos e dos trabalhos biográficos de grande relevância contemporânea.

Para uma fundamentação contextual suficiente à argumentação empreendida foi necessário investigar eventos históricos que compõem o pano de fundo político e cultural brasileiro, e também latino-americano, entre o fim do século XIX e início do século XX. Eventos como a Guerra Hispano-americana, a Proclamação da República, no Brasil, os desdobramentos da Doutrina Monroe no pan-americanismo, a série de intervenções militares estadunidenses no Caribe e os processos de independência representam parte do conturbado quadro da América Latina no período.

As ações empreendidas pelos Estados Unidos e pelos estados europeus foram interpretadas pelas chaves do neocolonialismo e do imperialismo por parte da intelectualidade latino-americana. A condenação da Doutrina Monroe e do teor imperialista norte-americano, bem como do etnocentrismo e eurocentrismo em relação à América Latina na consciência da imprensa e da intelectualidade do Velho Mundo foram importantes referências de processos históricos que permitiram situar Manoel Bomfim dentro de uma vertente crítica do pensamento.

O desenrolar da análise em torno do pensamento de Manoel Bomfim o situa como um pensador da revolução no Brasil. Essa constatação implica no apontamento dos sentidos - como significado e *práxis* política - traçados pelo autor diante dos processos revolucionários. A partir das obras selecionadas para este estudo, o pensamento de Bomfim mostrou-se, ainda, avesso aos marcos e versões que a historiografia tradicional postulou em seu tempo. O ensaísta valorizou os momentos de resistência e insurreição dos povos nativos e mestiços, em especial no Brasil, para caracterizar sua visão emancipatória ampla e democrática para o país. As condições, o preparo e a necessidade da revolução para o desenvolvimento nacional e a justiça social apresentam-se em tom conclusivo, presentes na última obra do autor. *O Brasil Nação* (1931) é o desfecho reflexivo de um intelectual que pensou e viveu o Brasil durante o Império, a República Velha e pôde, ainda, tecer críticas à Revolução de 1930 e ao novo momento político do país sob o governo de Getúlio Vargas.



## Objetivos da Pesquisa

Para organizar a reflexão em torno do tema, o estudo irá abordar os seguintes pontos: a condição colonial como ponto de partida para o pensamento revolucionário; a luta anticolonial e anti-imperialista como *práxis* revolucionária; os modelos de revolução europeus e sua relação com a América Latina e o Brasil; o programa revolucionário de Manoel Bomfim para o Brasil.

Busca-se apresentar diferentes obras e pensadores para compor o contexto da discussões em que Manoel Bomfim esteve envolvido. O pensamento revolucionário, sob o prisma de diferentes intelectuais, nos possibilita conhecer esquemas conceituais e sociológicos que, embora plurais, debruçam-se sobre uma temática comum: a questão da soberania, da identidade e da modernização da América Latina diante do legado colonial e do avanço do imperialismo a partir de meados do século XIX.

A pesquisa se inicia com revisão bibliográfica das obras *América Latina: males de origem* (1905) de Manoel Bomfim, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931). Em seguida, analisa a bibliografia complementar a partir de livros, dissertações e teses relacionadas ao tema.

A bibliografia de apoio mostra-se fundamental no intuito de lançar luz sobre aspectos históricos, culturais e políticos gerais envolvidos na investigação. Outro ponto de extrema relevância é a compreensão da influência das matrizes teóricas mobilizadas por Manoel Bomfim em suas obras, além do mapeamento das correntes de pensamento e campos do conhecimento envolvidos em seus debates com outros intelectuais.

A hipótese deste trabalho é que Manoel Bomfim, com o amadurecimento intelectual, enxerga as limitações de uma via política reformista para a sociedade brasileira e aposta nos processos de ruptura política, típicos das revoluções, para a promoção da difusão da instrução pública no país, questão central de seu projeto político. O autor localiza os

*males de origem* da formação social latino-americana nas relações de exploração implantadas no processo colonial. Essas condições reproduzem-se nas esferas de poder através de oligarquias que constituem as classes dirigentes dessas sociedades. O capital, na visão de Bomfim, submete os Estados nos termos do imperialismo das primeiras décadas do século XX. Sob inspiração da Revolução Mexicana e com uma leitura própria das condições estruturais e culturais do Brasil sua agenda anticapitalista foge aos moldes do comunismo e seu ideário revolucionário bebe da fonte de um nacionalismo radical com fortes inspirações no Romantismo.

A metodologia deste estudo é qualitativa. Seu mote central é teórico com abordagem do pensamento social brasileiro. A pesquisa valeu-se da Sociologia do Conhecimento desenvolvida por Karl Mannheim como referencial de análise, sobretudo pela noção de *formas de pensamento* ou *estilos de pensamento*. A partir do estudo dos processos históricos, é possível identificar fatores conformadores das mentalidades, das ideias políticas e das correntes de pensamento dispostas em diferentes épocas (MANNHEIM, 1977).

Isso posto, compreende-se o discurso político, a relação com o conhecimento e a visão de mundo de Manoel Bomfim como unidades de análise imbricadas no tempo e no contexto de sua produção intelectual.

## **1. A trajetória intelectual de Manoel Bomfim e o desenvolvimento de suas ideias.**

### **1.1 Educador, homem público e intelectual.**

Manoel Bomfim (1868-1932), médico de formação, psicólogo por interesse, sociólogo, historiador e educador por vocação pode ser lido como um ensaísta típico das nascentes Ciências Sociais do início do século XX, no Brasil. Preocupado com os aspectos próprios da República recém proclamada, como a construção da nacionalidade, a participação política e a cidadania, Bomfim pensou as origens dos problemas sociais nacionais e projetou um modelo de país e sociedade ao longo de suas obras. Reflexão e proposição para um novo Brasil, porém repleto de velhos problemas, são forças criativas no plano das ideias e da política que possibilitam delinear as particularidades do pensamento de Manoel Bomfim. Pelas ideias políticas e pelo projeto de nação situados no espectro radical e revolucionário, como este trabalho pretende demonstrar, o autor os concebeu de forma gradual tendendo à revolução com a maturidade de sua obra. A descrição dos aspectos biográficos<sup>2</sup> mais ligados à formação de Bomfim, ancorados na bibliografia, sinalizam que o sentido da revolução e das ideias radicais acompanham sua trajetória intelectual e sua vida pública.

Manoel José Bomfim nasceu em Aracaju, Sergipe, no ano de 1868 onde fez seus primeiros estudos. Aos 12 anos, mudou-se para o engenho da família, na cidade de Carira, por influência de seu pai, Paulino José Bomfim, que vislumbrava o destino do filho no cuidado com os negócios da família. Frustrando as expectativas da família, aos dezessete anos o jovem Manoel retorna a Aracaju, com ideias fixas de cursar Medicina. Manoel Bomfim mudou-se para Salvador em 1886, onde iniciou o curso na Faculdade de Medicina da Bahia. Em Salvador, conheceu o estudante Alcindo Guanabara (1865-1918), residente em sua pensão, com quem teria uma longa e fecunda amizade e parceria intelectual. Alcindo exerceu forte influência sobre o jovem sergipano. Acompanhando os

---

<sup>2</sup> Boa parte desta pesquisa valeu-se da riquíssima e reverenciada biografia *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim* do autor Ronaldo Conde Aguiar, Topbooks, Rio de Janeiro, 2000. A obra é desdobramento de sua tese de doutoramento, vencedora do concurso nacional da CNPq - ANPOCS em 1999.

planos de Alcindo que almejava ir para o Rio de Janeiro, Manoel Bomfim mudou-se em 1888 para a mesma cidade formando-se no ano de 1890. O sergipano iniciou sua carreira como médico na Secretaria de Polícia do Distrito Federal, entre 1891 e 1892. Em 1893, casa-se com Natividade Aurora de Oliveira e transfere-se para o interior de São Paulo, na cidade de Mococa. Lá o casal teve dois filhos, Aníbal e Maria. Nesse período, um episódio trágico leva Manoel Bomfim à desilusão e, por fim, ao abandono da Medicina: o falecimento de sua filha Maria, à época com pouco mais de um ano de idade. Consternado com tamanha infelicidade, o autor buscou um recomeço na cidade do Rio de Janeiro.

Na capital, Bomfim iniciou uma trajetória dedicada à educação pública e empreendeu uma fecunda carreira como gestor, professor e pesquisador. Nessa nova caminhada, foi nomeado para o cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, entre 1895 e 1900 e, posteriormente, de 1905 a 1907 (ALVES FILHO, 2013). O intelectual também assumiu por dois períodos (1896 – 1902 e 1911 – 1919) a direção do *Pedagogium*, a primeira instituição de pesquisa e avaliação educacional do Brasil.

Comissionado pelo Distrito Federal, entre 1902 e 1903, Manoel Bomfim foi a Paris, onde estudou Psicologia e Pedagogia com Alfred Binet e George Dumas na Universidade Sorbonne. De volta ao Brasil, inaugurou o primeiro laboratório de Psicologia Experimental do país.

O intelectual foi suplente parlamentar e chegou a assumir o mandato de deputado federal pelo estado de Sergipe no lugar de Oliveira Valladão, após renúncia do último no ano de 1907. Bomfim cumpriu mandato até 1908, o que lhe possibilitou participar das discussões do Projeto Tavares Lyra, iniciativa do ministro Tavares de Lyra para emenda à constituição de 1891, transferindo para a União a responsabilidade da educação pública básica e superior. A experiência de Manoel Bomfim e seu conhecimento acumulado na direção do *Pedagogium* conferiram-lhe bagagem para destacada atuação durante a tramitação do projeto, entre julho de 1907 a novembro de 1908. A defesa de Bomfim pela difusão da educação pública em seus discursos<sup>3</sup> destacou-se pela eloquência e

---

<sup>3</sup> Ver SILVA et al. Manoel Bomfim: debates parlamentares sobre Estado e Instrução Primária na primeira década do século XX. Inter-Ação, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 83-102, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v40i3.35869>>

precisão dos argumentos que evidenciaram o investimento educacional desigual entre os estados e as iniquidades regionais já presentes à época. Não obstante a incessante defesa de um proposta justa e necessária, o Projeto Tavares Lyra não foi aprovado, e a educação pública continuou a cargo de estados e municípios. A difusão da instrução primária foi muito tímida na República Velha, com poucos investimentos<sup>4</sup>, muito em função da perspectiva econômica essencialmente agrária e do Estado politicamente comprometido com os interesses das oligarquias rurais.

Manoel Bomfim teve fecunda atuação na vida cultural do país. Dirigiu a revista *A Universal*, fundada em 1901, que contava com a contribuição de autores como Machado de Assis (1839 - 1908), Luiz Delfino (1834 - 1910) e Olavo Bilac (1865 - 1918). Fundou o engajado jornal *A Nação* (1903) com seu antigo amigo, então ex-deputado e consagrado jornalista Alcindo Guanabara. Os interesses de Bomfim nesse jornal em grande parte deviam-se aos objetivos políticos e ao teor do editorial descritos na primeira edição:

“*A Nação* propugnará a efetividade do regime democrático republicano, a eliminação das distinções de classe e o realçamento das classes operárias (...) instrução primária obrigatória; organização dos sindicatos profissionais reconhecidos pelo Estado; nacionalização das estradas de ferro, minas, linhas de navegação, portos, telégrafos, telefones, a cargo do Estado; imposto elevado e progressivo sobre as heranças; divórcio por mútuo consentimento”. (BOMFIM et al. *apud* AGUIAR, 2000, pp. 258-259).

A postura crítica socialista de *A Nação*, contudo, começou a arrefecer desde o episódio que levou Manoel Bomfim a desligar-se do jornal. A edição de 21 de dezembro de 1903 trazia a transcrição de um discurso proferido por Rui Barbosa no Colégio Anchieta intitulado “Palavras à juventude”. O teor cristão católico da mensagem destoou profundamente da postura anticlerical defendida por Bomfim, assim como o cotejo conservador em relação à Revolução Francesa

---

<sup>4</sup> O orçamento de 1903 foi esmiuçado por Manoel Bomfim em um artigo produzido no *Pedagogium*, demonstrando a falta de interesse de investimento na educação pública já na aurora da República. Os dados e a análise foram descritos em *América Latina*, 2008, p.149.

presente no discurso de Barbosa.

“Lendo a longa eloquência que se estampa em *A Nação* de hoje, eu verifiquei que há mais de uma incompatibilidade entre o meu modo de compreender a campanha de justiça e reivindicação social e o modo pelo qual o compreende *A Nação*.

“Denegrir a grande Revolução francesa, amesquinhar a sua obra, reduzir o progresso social à fórmula cristã-católica, tem sido, nos dias atuais, o esforço incessante de todos os conservadores e defensores da grande opressão capitalista; nem outro é o tema favorito de todos os reacionarismos e dos universais e irredutíveis adversários do socialismo.” (BOMFIM, M. apud AGUIAR, 2000, p. 262)

Manoel Bomfim foi pioneiro ao idealizar e criar, junto com o jornalista Luis Bartolomeu de Souza e Silva (1864 - 1932), a revista infantil *O Tico-Tico*<sup>5</sup>, em 1905, primeira revista em quadrinhos do país que teve sua última publicação em 1977. O escritor sergipano também escreveu livros didáticos, conhecidos à época por *livros de leitura*, tendo destaque a obra *Através do Brasil* (1910), parceria com Olavo Bilac, que esteve presente nas escolas brasileiras até o início da Ditadura Militar. A obra substituiu as velhas cartilhas portuguesas, com objetivo de formar novas gerações de leitores no país. O livro foi estruturado em um romance fluido e lúdico que contava a história de dois irmãos que saíram em busca dos pais pelo Brasil. Durante a leitura, as características geográficas, históricas e culturais das regiões do país se apresentavam aos estudantes.

Um episódio breve, mas marcante na trajetória de Bomfim, foi sua participação como docente, em 1904, na Universidade Popular de Ensino Livre, a UPEL. A criação da Universidade Popular, como era comumente chamada, foi uma iniciativa do Partido Operário Independente e do poeta anarquista Elyσιο de Carvalho (1880 - 1925), projeto que obteve apoio de intelectuais como José Veríssimo (1857 - 1916), Curvelo de Mendonça (1870 - 1914), Rocha Pombo (1857 - 1933), Evaristo de Moraes (1871 - 1939), entre outros (AGUIAR, 2000). Embora tenha tido uma curta duração, apenas 8 meses, a experiência foi um marco na difusão da educação superior para a classe trabalhadora brasileira. Nesse breve período, a Universidade Popular ofertou os seguintes cursos:

“(...)biologia (a ser dado por Tácito Cardoso), história da

---

<sup>5</sup> A Biblioteca Nacional disponibilizou em seu portal as edições digitalizadas de *O Tico-Tico* de 1905 a 1961.

literatura brasileira (José Veríssimo), história da civilização brasileira (Felisberto Freire), sociologia (Elysio de Carvalho), higiene social (Fábio Luz), história geral (Rocha Pombo), filosofia (Pedro do Couto) e matemática superior (Sinésio de Faria). Manoel Bomfim ficou encarregado de organizar e ministrar dois cursos: um de psicologia, outro de pedagogia. (AGUIAR, 2000, p. 282).

Como escritor Manoel Bomfim deixou uma vasta publicação distribuída em obras de cunho científico e político nos campos da Educação, da Psicologia, da História e da Sociologia. Destacam-se em sua produção os livros *Lições de Pedagogia* (1902), *América Latina: males de origem* (1905), *Noções de Psicologia* (1916), *Pensar e dizer – Estudo do Símbolo no Pensamento e na Linguagem* (1923), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1931), *O Brasil nação* (1931) e *Educação e cultura do povo brasileiro* (1932) (ALVES FILHO, 2013). O autor deixou ainda manuscritos e uma última obra inacabada, o livro *A Moral de Darwin* (AGUIAR, 2000).

## 1.2 América Latina: males de origem.

Manoel Bomfim canalizou sua perplexidade sobre a visão etnocêntrica e pessimista europeia em relação à América do Sul para escrever sua *Magnum opus América Latina: males de origem*<sup>6</sup>, com publicação no ano de 1905.

Parte do debate sobre o pensamento de Manoel Bomfim em *América Latina* reside na oposição do autor ao racismo científico, em voga na virada do século XIX para o século XX. Sua argumentação biológica, em relação ao racialismo, desenvolve-se pelo escrutínio científico. Manoel Bomfim questiona a hipótese da superioridade ou inferioridade racial. O autor vale-se de seu repertório científico, seja da Medicina, seja da Biologia, para apontar as inconsistências teóricas e metodológicas contidas no racismo científico. Ao

---

<sup>6</sup> Adiante, pelo compromisso com a fluidez da leitura, a obra será citada apenas como *América Latina*.

mesmo tempo que refutou a tese racialista da degeneração social pela miscigenação, Manoel Bomfim empreendeu uma interpretação sobre a formação social latino-americana, apontando os “males de origem” nos elementos históricos, políticos e nas relações travadas ao longo do processo colonial ibero-americano. O uso de analogias e metáforas biologizantes é comum em seu constructo, tendo o conceito de “parasitismo social” centralidade em seu esquema teórico. Essa apropriação de categorias biológicas e o entendimento do autor sobre temas como progresso, ciência, conhecimento, tradição e modernidade, contudo, assume formas muito distintas da reflexão brasileira de seu tempo.

A primeira obra de Bomfim mobiliza referências distantes do cânone sociológico que começou a consolidar-se no fim do século XIX, embora haja uma curta citação a Auguste Comte (1798 - 1857) e a presença da noção histórica de *inovação por imitação* da filosofia de Gabriel Tarde (1843 - 1904). Na obra, o pano de fundo intelectual do autor é essencialmente composto por autores como Max Nordau (1849 – 1923), Gustave Le Bon (1831 – 1941) e Walter Bagehot (1826 – 1877), sendo o último elencado como influência direta através do ensaio *Physics and Politics* (1873). É possível identificar um teor de *physis* social no pensamento de Bomfim, nas metáforas organicistas e numa tentativa de uso da teoria das relações ecológicas para a construção de uma análise social. No entanto, seu ponto de vista foge a determinismos, diferindo-se do arcabouço positivista, do darwinismo social e do neolamarckismo, correntes que permeavam o imaginário político e social da *intelligentsia* do fim do século XIX. Um ponto de destaque observado em *América Latina* é a constante visita à tradição historiográfica portuguesa, sobretudo em Oliveira Martins (1845 - 1894), e a presença de reflexões e referências oriundas da nascente Psicologia Social, uma distinção do autor na tentativa de alçar à sua análise ensaística as bases de uma nova teoria social.

Os estudos de Manoel Bomfim na Universidade Sorbonne e sua estadia na França imprimiram marcas em seu pensamento. O contato com a discussão acadêmica atualizada em áreas como a Psicologia, a Psicologia Social, a Pedagogia e a Biologia teve fortes influências em seus esquemas reflexivos. A posição privilegiada de observador da imprensa e da intelectualidade europeia



permitiu ao pensador brasileiro posicionar-se de forma crítica científica e politicamente em relação à compreensão europeia da América Latina. Sua análise histórica, apoiada numa empresa sociológica com categorias biológicas, é produto dessa trajetória. Isso possibilitou-lhe desenvolver um pensamento alternativo ao ideário eurocêntrico.

Bomfim compreendeu a colonização ibérica como um processo que transmite condições degenerativas de um organismo social. A condição parasitária, o parasitismo social instaurado no Novo Mundo, na sua visão, deu-se em função dos processos de exploração empreendidos entre metrópoles e colônias, incapacitando as populações colonizadas ao trabalho produtivo e as sociedades ao desenvolvimento. A evolução histórica do organismo social ibérico culminou num estado de degeneração material, espiritual e política. Esse prospecto permitiu a Bomfim apontar os “males de origem” da civilização latino-americana; os elementos constitutivos de uma hereditariedade indesejada. Para Bomfim, o mau quinhão da herança colonial expressa-se entre as novas nações latino-americanas pela reprodução do fenômeno do “parasitismo social”, iniciado com a imoralidade e a violência do escravismo, progredindo à cultura da pilhagem do Estado. A consolidação de oligarquias alternando-se no poder, nas sociedades sul-americanas, ratificou a prevalência de uma tradição deletéria, associada a uma modernidade inconclusa, muitas vezes restrita a uma engenharia republicana *pro forma*.

“Houve um momento, há pouco mais de três séculos, em que a Espanha dominou a Europa e avassalou o mundo, quase inteiro. Nessa época, os povos ibéricos estiveram efetivamente na vanguarda do progresso; a civilização da península foi das mais brilhantes e fecundas, nesse momento efêmero. Arrancando-se a um domínio estrangeiro, aqueles povos se constituíram em nacionalidades, perfeitas para a sua época, vigorosas, ativas, brilhantes; o seu poder era incontestável em terra, e absoluto nos mares; as suas energias ofuscaram, então, a história dos outros povos. (...) No correr do século XVII e do XVIII, a Ibéria, que havia dado ao mundo Cervantes, Camões, Murilo, Lope de Vega, Ribera... desaparece, evolui, degenera; não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundam a cultura moderna e dominam a natureza, ou naqueles que refazem a filosofia racionalista, que iluminará as gentes na conquista da justiça e da liberdade.” (BOMFIM, M. 1993, pp. 20 – 21.).

As forças sociais criativas são derrotadas com a tibieza do corpo social, minoradas pela condição cada vez mais indolente e letárgica dos parasitas. Uma sociabilidade empreendida pela violência da “lei do pouco esforço”, escorada no braço escravo, e pela riqueza construída antes pela cultura da pilhagem do que pelos valores éticos do trabalho.

“Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e nos sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entravar esse progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. Demais, o simples exame do fato em si é bastante para mostrar que um grupo, um organismo social, vivendo parasitariamente sobre outro, há de fatalmente degenerar, decair, degradar-se, evoluir, em suma. Em que consiste, em última análise, o progresso social? (...) Vivendo parasitariamente, uma sociedade passa a viver às custas de iniquidades e extorsões; em vez de apurar os sentimentos de moralidade, que apertam os laços de sociabilidade, ela passa a praticar uma cultura intensiva dos sentimentos egoísticos e perversos. Os interesses coletivos, o perigo ou receio de ver escapar-se a presa podem levar os membros desses grupos parasitas a defender-se em comum, a proceder de forma a aparentar uma socialização adiantada; mas não há nisto verdadeiro progresso moral – qual consiste no horror da injustiça, independente de qualquer vantagem pessoal. Que juízo se pode fazer da beleza moral dessas almas, que passavam a existência a cortar de açoitadas as carnes de míseros escravos e que aceitavam como legítimo o viver do trabalho destes desgraçados, cuja vida será um martírio contínuo?!...” (BOMFIM, M. 1993, pp. 25 – 26.).

A publicação de *América Latina* rasga a carne social do Brasil e evidencia os mecanismos parasitários incrustados em nossa formação nacional. Um *insight* determinante sobre o atraso social brasileiro, localizado na história, nas relações coloniais e na violência do escravismo.

### 1.3 Males de origem no ideário da Velha República

Manoel Bomfim apresentou um caminho diferente para a superação do atraso brasileiro, apontando para causas distintas do que era professado pelo ideário hegemônico da intelectualidade nacional, no início do século XX. O pensamento de Charles Darwin influenciou o intelectual sergipano por um ângulo pouco explorado pela maioria dos pensadores do período. O darwinismo foi apropriado na discussão sociológica, das mais variadas formas, servindo de pano de fundo para a produção ideológica. O darwinismo social de Herbert Spencer, as ideias de competição, superioridade de raças, elitismo, tudo isso era discutido sob a égide da teoria da luta pela sobrevivência. Essa aplicação no plano social, observada pelo próprio Darwin como uma impossibilidade metodológica, foi comumente apropriada como discurso cientificista para justificar posicionamentos políticos, relações de exploração e para conservar privilégios sociais. Manoel Bomfim preferiu observar a dinâmica da luta pela sobrevivência através da ótica da solidariedade e da cooperação<sup>7</sup>. O autor detinha uma interpretação distinta entre a perspectiva biológica e as implicações socioculturais do darwinismo. Os riscos da apropriação equivocada da teoria da evolução foram apontados também pelo filósofo e psicólogo William James (1842 – 1910)<sup>8</sup>. É possível identificar em sua obra *Os princípios de Psicologia* (1890) a crítica à teoria do filósofo britânico Herbert Spencer (1820 – 1903) e ao spencerismo. O autor distingue claramente os aspectos teóricos próprios ao âmbito biológico das implicações sociais contidas em *A origem das espécies* (1859) de Charles Darwin.

“Esses dois usos do darwinismo foram motivados por questões com o mesmo foco, mas em níveis distintos: o repúdio a ambas, tanto teorias deterministas na fisiologia quanto na sociologia. No primeiro caso, James utiliza o darwinismo para criticar teorias mecanicistas na fisiologia. No segundo, critica uma teoria evolucionária determinista defendida pelo filósofo britânico Herbert Spencer. (...) James opunha-se ao determinismo sociocultural, por acreditar que era preciso distinguir entre as causas que originam um fenômeno e as

---

<sup>7</sup> UEMORI, Celso.: "Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim; In: Darwin por Manoel Bomfim; Tese de doutoramento, disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882008000200003#back1](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882008000200003#back1)

<sup>8</sup> Ver KINOUCI, R. Darwinismo em James: a função da consciência na evolução. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Set-Dez 2006, Vol. 22 n. 3, pp. 355-362

causas que o preservam. Para ele, um dos méritos do darwinismo residia exatamente no fato de que o conceito de variação acidental responde pelas primeiras (causas da origem) e a seleção natural pelas segundas (causas da preservação). No contexto da evolução sociocultural, James acreditava que o darwinismo poderia ser aplicado do seguinte modo: o gênio deveria ser tomado como uma fonte de variação dentro do tecido social. Quando as idéias do gênio encontram aceitação no ambiente social, passam a gerar um novo modo de existência; mas se o ambiente social mostra-se hostil, então as idéias e seu proponente são rejeitados, não promovendo mudança alguma, ou, no máximo, muito aquém do possível.” (KINOUCI, 2006, P. 360)

Manoel Bomfim não faz menção a William James em *América Latina*, embora tenha uma leitura apurada e semelhante ao pensador norte-americano em relação a Darwin e ao spencerismo. Posteriormente, James é citado no artigo *Valor positivo da educação*, publicado no *Jornal do Commercio*, em 09/07/1919, p. 5. Na obra *Pensar e dizer – estudo do símbolo e da linguagem* (1923) o autor cita muitas vezes William James e alguns pressupostos do Pragmatismo<sup>9</sup>. Em *O Brasil Nação*, o filósofo norte-americano é mobilizado no projeto educacional idealizado por Bomfim:

“(...) um serviço nacional realmente educativo, necessário concurso de todos à comunidade, onde os brasileiros se encontrassem para o convívio da absoluta igualdade, desembaraçados dos triviais convencionalismos; um serviço qual o ideou William James – escola de disciplina e metodização do esforço.” (BOMFIM, 1931, p.658).

O pensamento de Bomfim em *América Latina* lançou-se não somente no plano científico combatendo as noções racistas próprias do darwinismo social e da eugenia, como também detinha um teor político veemente contra o escravismo:

“Levantava-se o desgraçado, bambas as pernas pela abstinência, trôpegas, atormentadas, da posição contrafeita e dolorosa no tronco, pisados os músculos, emaciado o rosto, apagados os olhos pelo sofrer acumulado; as mãos, inchadas, não se fecham, túrgidas, luzentes; a sãnie transuda por entre

---

<sup>9</sup> A associação do pensamento de Bomfim a pressupostos da filosofia pragmatista merece uma investigação aprofundada, essa questão será abordada adiante neste trabalho.

os dedos abertos; a pele rachou desde os primeiros dias; as unhas já caíram; as costas estão em carne viva... O miserável num desvario de bruto, estende a mão ao executor. Cai o primeiro bolo, soa um grito, uivo e lamento, gemido violento de todas as dores que acordam... E os golpes se repetem: é um - Ai!... Ai!... contínuo, como uma vida que se esfrangalha, uma alma que se esgota. O lamento desesperado passa travando os corações, num acento de miséria que transpassa os ânimos; envenena, alucina... Um espírito justo, a ouvir aquele grito cinco minutos enlouqueceria (...) Calcule-se o efeito de tais costumes sobre a moralidade dessas famílias que se formam e se desenvolvem ao contato de tais misérias!... a qualidade dos sentimentos das gentes, que nasceram e se criaram, ouvindo todo o dia, à hora certa, o grito lancinante, arrancado pela palmatória, a moer as carnes já moidas, inflamadas, doloridas... Finalmente, já não se sabe o que é que resta de humano em tais seres... Em matéria de abjeção e cruzeza, nada lhes é desconhecido. Não raro, a 'sinhá moça', criada a roçar os molecotes, entrega-se a eles, quando os nervos degenerados acordam em desejos irreprimíveis; então, intervém a moral paterna: castra-se, com uma faca mal afiada, o negro ou o mulato, salga-se a ferida, enterram-no vivo depois. A rapariga, com um dote reforçado, casa com um primo pobre." (BOMFIM, M. 2003)

Inserido na transição do Império para a República, o autor entende a ruptura com os valores imperiais como forma estratégica de ascensão política e social das oligarquias. O antigo parasitado, o escravo, foi relegado à margem do processo modernizador. Incrédulo sobre a República como organização máxima do progresso e da superação dos problemas da sociedade brasileira, Manoel Bomfim demonstra como o ideário determinístico presente nas teorias racialistas, no positivismo e no darwinismo social serviu de discurso legitimador da opressão de classe.

A conservação de desigualdades atravessou historicamente os processos de independência e fomentou uma massa de "exilados internos" nas novas nações do Hemisfério Sul. No entendimento de Bomfim, as elites deixaram de "parasitar o escravo para parasitar o Estado". No Brasil, em particular, o parasitismo social foi instaurado pela colonização lusitana a partir da economia baseada no latifúndio exportador, sustentado pelo escravismo, pautado em relações de exploração entre dominador e dominado. O processo de parasitismo iniciou-se entre Metrópole e Colônia, reproduziu-se entre senhor e escravo até chegar ao esquema oligarquias – Estado. Os projetos

de modernização pensados sob o prisma do racismo, do positivismo e do darwinismo social, comuns nessa conjuntura, foram compreendidos por Manoel Bomfim como discursos cientificistas e ideologias legitimadoras do *status quo*. O autor não poupou adjetivos aos intelectuais brasileiros e aos pensamentos que recorriam a tais modelos para pensar nossa sociedade: “ideólogos da conservação”, “bacharelismo de arremedo de ciência” e “etnologia bacharelesca” são denominações que aparecem em *América Latina* a fim de enfatizar a insuficiência reflexiva dessas correntes de pensamento e, em especial no caso do darwinismo social e da eugenia, como agentes do próprio atraso social. Dante Moreira Leite em *O caráter nacional brasileiro* reflete como a pretensa cientificidade dessas teorias funcionava como elemento de dominação:

“Em primeiro lugar – o racismo – era a fórmula preciosa para justificar o domínio branco sobre o resto do mundo: se as outras raças eram biologicamente inferiores, se eram incapazes de atingir os valores mais elevados da civilização, só poderiam sobreviver como massas trabalhadoras submetidas aos brancos. Essa justificativa era mais sutil do que parece à primeira vista: através dela o europeu não chegava a sentir conflito ideológico com seus ideais democráticos e liberais. Não fora ele, o europeu, que intencionalmente estabelecera as diferenças entre as raças; ao contrário, estas eram determinadas pela natureza. Em segundo lugar, o racismo parecia justificado pela teoria evolucionária de Darwin e também sob este aspecto se harmonizava com a vida intelectual europeia: se o homem resultara de uma longa evolução na qual sobreviveram os mais capazes, as várias raças estariam em estágio diferentes de evolução e as menos capazes deveriam ser destruídas pelas mais aptas.” (LEITE, 1969, p.28 *apud* ALVES FILHO, 2013, p. 32.)

Como observado por Alves Filho (2013), é a partir da obra *Ensaio sobre a desigualdade entre as raças humanas* (1853) do conde francês Arthur de Gobineau (1816 – 1882) que a noção do arianismo é difundida. O conde de Gobineau teve uma relação estreita com o Brasil, servindo como embaixador da França durante uma missão diplomática entre 1869 e 1870. O autor travou fecunda amizade intelectual com o imperador Pedro II, por quem nutria uma sincera admiração. Pedro II, embora discordasse das teses racialistas<sup>10</sup>,

---

<sup>10</sup> O *Ensaio sobre a desigualdade entre as raças humanas* teve eco até o início do século XX, mas não passou incólume a críticas, inclusive de forma severa por parte de Alexis de Tocqueville,

manteve contato com o autor mesmo após sua volta para a França. Em sua terra, Gobineau escreveu o artigo *L'émigration au Brésil* para o periódico *Le Correspondant*, em 1874, condenando o povo brasileiro à extinção em menos de dois séculos, em função de seu caráter miscigenado:

“Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos.”<sup>11</sup>

Autores como Gilles Chamberlain (1869 – 1940), Georges Lapouge (1854 – 1936), Louis Agassiz (1807 – 1873) e Gustave Le Bon (1841 – 1931) foram entusiastas do racismo científico, sendo o último muito lido e influente entre intelectuais brasileiros do fim do século XIX às duas primeiras décadas do século XX (ALVES FILHO, 2013). Por outra via, o pensamento de Manoel Bomfim privilegiou a análise histórica, institucional, fugindo ao determinismo evolucionista ancorado na dicotomia civilização *versus* barbárie – em que o povo brasileiro era classificado como atrasado na linha unívoca da história, na “infância da humanidade” – e do racialismo ancorado na chave da hierarquia étnica. Sua acepção sociológica baseou-se na chave das relações de exploração, através do conceito de parasitismo social, desvelando mecanismos de opressão construídos de forma relacional e intergeracional entre países e classes sociais.

“Bomfim combateu o racismo com argumentos extraídos de saberes do seu tempo e caracterizando que por trás de teorias racistas, se escondia a justificação da dominação colonial e classista. Bomfim compreendeu que a decantada tese da inferioridade do homem latino-americano em relação ao anglo-saxão era um falseamento das relações sociais reais e que as razões do “atraso” e da pobreza das massas populares do nosso mundo era um **produto histórico que engendrara um duplo sistema espoliativo: o externo (colonialista) e o interno (classista).**” (ALVES FILHO, 2013, p. 79, grifo meu.)

---

responsável pela indicação de Gobineau ao serviço diplomático francês e seu interlocutor em muitas questões filosóficas. Cf. SOUZA, R. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan | jun 2013.

<sup>11</sup> RAEDERS, Georges. O inimigo cordial do Brasil – o conde Gobineau no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 46 *apud* SOUZA, 2013, p.22)

Apontando para outro caminho, o intelectual elencou a educação gratuita e irrestrita às massas como possibilidade de libertação e construção da autonomia social latino-americana. A desigualdade perpetuada no plano institucional, hipocritamente travestida de liberalismo igualitário, era o motor, segundo ele, do abismo social. A falta da instrução popular não só ocasionava problemas de ordem econômica, como impossibilitava a igualdade civil.

“Dir-se-ia que tais homens são incapazes de acompanhar os fenômenos sociais até a sua origem, e por isto pretendem colher os frutos, sem preparar a sementeira; constroem à chinesa: apuram a instrução superior, antes de propagar a primária – fazem doutores, para boiar sobre uma onda de analfabetos...” (BOMFIM, 1993)

Manoel Bomfim não compreendeu a instauração da República como garantia ao exercício da plena liberdade para os negros forros e para as classes subalternas. O autor atacou as classes dirigentes, ligadas à proclamação, como responsáveis diretas pelas desigualdades perpetuadas nessa nova fase da nação (BOMFIM, 1998, pp. 473-475).

Na defesa da necessidade primordial do Estado promover a educação básica gratuita à toda população, Bomfim levantou a bandeira da universalização do ensino público, entrando no seleto rol de intelectuais antecessores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a exemplo de Tavares Bastos que publicou seus panfletos pelo “programa de instrução pública” ainda nas décadas de 60 e 70 do século XIX.

A Primeira Guerra Mundial foi pensada por Bomfim em dois artigos publicados no *Jornal do Commercio* intitulados *A obra do germanismo*<sup>12</sup> e *Darwin e os conquistadores*<sup>13</sup>. As opiniões do autor destinavam-se à condenação da violência do imperialismo germano-prussiano e à defesa moral de Charles Darwin identificando apropriações errôneas do darwinismo contidas no livro *Deutschland und der naschste Krieg* do general Von

---

<sup>12</sup> BOMFIM, Manoel. A obra do germanismo (In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1914.

<sup>13</sup> BOMFIM, Manoel. Darwin e os conquistadores (In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1914.



Bernhardi. Ressaltando sua leitura de Darwin sobre as relações humanas, preconizadas pela solidariedade, Manoel Bomfim apontou os equívocos cometidos por Von Bernhardi no uso de um falso darwinismo para incitar a Alemanha a lutar, naturalizando a violência humana:

“Aí, nessa obra infame, repetem-se as mesmas calúnias que deturpam ignobilmente o pensamento de Darwin, quando intentam demonstrar que da teoria da seleção natural e da luta pela vida se deduz forçosamente – que a guerra é uma necessidade biológica, de alta e primordial importância, um elemento regulador da vida da espécie humana, sem a qual esta não pode seguir seu desenvolvimento natural e avançar em civilização e saúde”. (BOMFIM, 1914 *apud* AGUIAR, 2000, p. 425).

Por muitos anos a obra de Manoel Bomfim ficou esquecida pela historiografia. Existem diferentes hipóteses discutidas pela literatura. As principais relatam a exposição midiática que autores contemporâneos como Sílvio Romero e Euclides da Cunha receberam, tornando Bomfim e outros escritores obscuros com o passar do tempo. Além disso, o posicionamento político de Manoel Bomfim destoava do ideário difundido no país. Tanto na Primeira República, como na Era Vargas, a defesa de uma democracia radical e de um programa de revolução genuíno para o Brasil fez de Bomfim um pensador crítico em relação à direita e à esquerda do país (ALVES FILHO, 2013). Quanto à direita, suas críticas concentravam-se sobre o plano educacional conservador e sobre a dependência de modelos externos para alicerçar medidas pró-desenvolvimento. Em relação à esquerda, Bomfim fez agudas críticas à tentativa de incorporação do modelo socialista soviético em território brasileiro. O autor apontava para a impossibilidade do empreendimento, compreendendo que o Brasil havia passado por um processo histórico característico e apresentava condições sociológicas únicas.

A década de 1930 tem enorme peso na tradição sociológica, com a publicação de *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. Diante dessas obras, muitos autores foram deixados de lado pela historiografia e pela sociologia, incluindo Manoel Bomfim. O resgate do passado colonial, no entanto, é um pressuposto analítico fundamental tanto na tese de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, quanto na de Manoel Bomfim. Na análise de Lúcia Lippi Oliveira (2014)

“esse mergulho na história colonial funcionaria no Brasil da mesma forma como o retorno à Idade Média para a historiografia europeia.” Em *América Latina*, Manoel Bomfim evidencia o colonialismo como característica comum da formação social latino-americana e, a partir dos processos próprios de nações colonizadas, busca explicar os problemas do desenvolvimento dessas sociedades. O autor atrela a instrução da população ao fomento de condições modernas às sociedades latino-americanas, não somente pela capacitação para uma economia que precisava dinamizar-se pelo crescimento do processo de industrialização, mas também no sentido de modernizar politicamente esses países através de classes gerenciais instruídas nos valores democráticos. A educação como ferramenta para a cidadania foi uma “solução moderada” de Manoel Bomfim em *América Latina*, na visão de Antônio Cândido em *Radicalismos* (1990). Nas obras seguintes, contudo, em especial *O Brasil Nação* (1931), o autor avança suas reflexões e dá uma guinada efetivamente radical em seu programa político, depositando na revolução social os sentidos para o desenvolvimento brasileiro e para a realização da universalização da instrução pública. O capítulo 3 trará os detalhes do programa de Bomfim, bem como detalhes da maturação de seu pensamento no sentido da revolução.

## **2. Genealogia das ideias**

### **2.1 Referências teóricas de Manoel Bomfim**

A colonização portuguesa está intimamente ligada à formação nacional brasileira, sob muitos aspectos é possível identificar essa herança em diferentes traços de cultura e em matrizes de interpretação de nossa formação social. A unidade nacional representada pela integração do vasto território brasileiro é, por vezes, associada à centralização política promovida durante a colônia e o império. É central para a valorização do legado lusitano em nossa constituição política a genealogia histórica fundada no século XIX pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo no pensamento de Francisco Adolfo Varnhagem sua mais bem acabada expressão historiográfica. Por ser a versão

do Império, chamada de “história oficial”, essa linha de pensamento histórico foi muito combatida por Manoel Bomfim. O intelectual sergipano se aproximou da concepção historiográfica de Frei Vicente do Salvador (1564 – 1635) e de Capistrano de Abreu (1853 – 1927) ao inserir o povo brasileiro enquanto categoria reflexiva da história nacional (ALVES FILHO, 2013) com as obras *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*. Frei Vicente do Salvador, considerado o precursor da historiografia brasileira, ao publicar a obra *História do Brasil* (1627), é objeto de dedicatória de Manoel Bomfim em *O Brasil na América – caracterização da formação brasileira*. Nessa obra, Manoel Bomfim recorre aos seus escritos, sobretudo para construir a descrição da relação entre portugueses e indígenas no primeiro século da colonização (BOMFIM, 2012, p. 115 – 403). A Capistrano de Abreu, Bomfim recorre sobretudo para extrair informações compiladas pelo historiador de cartas de jesuítas sobre costumes, morfologia e rituais dos tapuias no século XVI (BOMFIM, 2008, pp. 96 – 469).

Em *América Latina*, Manoel Bomfim mobiliza o conceito de parasitismo social, a partir da *physis social* concentrada na obra *L'évolution régressive en biologie et en sociologie* do biólogo Jean Massart (1897), do educador Jean Demoor e do teórico socialista Emile Vandervelde, assim como na historiografia de Oliveira Martins em *A História de Portugal e os críticos* (1880) e *Portugal Contemporâneo* (1880), para compreender o impacto das relações de poder, durante o processo colonial na conformação do poder político nacional<sup>14</sup>. O conceito de parasitismo social se conecta semanticamente com o conceito de *bragantismo* e serve de ponte histórica entre a Colônia e a República com o objetivo de elucidar os mecanismos do atraso nacional.

Manoel Bomfim desenvolveu o conceito de bragantismo para descrever a origem portuguesa do *modus vivendi et operandi* perpetrado nas dinâmicas de poder, do Império à República, e como representação de uma tradição política

---

<sup>14</sup> Um estudo magistral comparando a obra de Bomfim e Martins foi empreendido pelo professor Sérgio Campos Matos da Universidade de Lisboa. É possível, por esse trabalho, identificar os pontos de convergência e divergência entre os autores, assim como as relações intelectuais de Bomfim com o realismo português de Antero de Quental e boa parte da historiografia portuguesa. Ver “Manoel Bomfim e Oliveira Martins: olhares cruzados sobre Portugal e o Brasil”, *Culturas cruzadas em Português*, vol.III, *Redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil sécs. XIX-XX)* (coorden. Cristina M.Sarmiento e Lúcia Guimarães), Lisboa, Almedina, 2015, pp.41-66.

presente na consciência da classe dirigente brasileira. Bomfim interpretou a causa do atraso social brasileiro à luz da reprodução do bragantismo, não somente nas esferas do poder, mas também como mentalidade retrógrada da elite, expresso em seu *ethos* escravocrata, salteador e hierarquizante.

Em termos de formação social do Brasil, o autor valorizou a herança do catolicismo e do sincretismo ligada aos portugueses e enfatizou o caráter positivo da diversidade étnica, lançando luz sobre a importância cultural do negro e do indígena na construção de nossa sociedade. Bomfim é uma das primeiras vozes contra o racismo científico, no Brasil, não poupando críticas inclusive à postura evolucionista de Oliveira Martins, um de seus principais referenciais historiográficos.

Manoel Bomfim trouxe a lume a obra *Descendência do homem e seleção sexual* (1871), de Charles Darwin, para contrapor os axiomas defendidos pelos teóricos evolucionistas, eugenistas e pelo darwinismo social. Nesse trabalho, a dimensão da solidariedade e do cuidado entre povos e gerações é apresentada como a base de conservação da espécie humana. Manoel Bomfim é voz esclarecida do ideário do naturalista britânico, no contexto intelectual brasileiro de seu tempo, antecedendo Gilberto Freyre em três décadas no cotejo positivo sobre a miscigenação da sociedade brasileira.

“Os processos empregados pelos seres, nesta luta, são inúmeros, e inúmeros são os tipos que resistiram e venceram sem ser por meio de luta física. Não é só isto; quanto à espécie humana, ele não deixou a aplicação da sua teoria nesse vago, que permitiria aos filósofos do massacre justificar todos os crimes, e escreveu, no primeiro volume da sua obra *Descendência do homem e seleção sexual*, 271 páginas para explicar bem que, na evolução da espécie humana, na evolução social em geral, à luta se substitui o concurso entre os seres da mesma espécie. Ali acompanha ele, demoradamente, o progresso moral e social, e mostra como este progresso se faz pelo desenvolvimento crescente dos sentimentos altruísticos, pela solidariedade cada vez mais forte entre os homens, sendo isto o que lhes confere superioridade; e designa como o termo deste progresso – a solidarização de todos os povos, combatendo, assim, tudo que se possa opor à harmonia e unificação da espécie humana. É aí, nessas páginas, que o genial naturalista sustenta que as sociedades se devem ocupar dos velhos, inválidos e enfermos, nutri-los e defendê-los, por mais inúteis que sejam, porque, destarte, se cultivam e se desenvolvem os sentimentos altruísticos, mercê dos quais se faz

o progresso social. Foi Darwin o primeiro a romper com a clássica filosofia inglesa, que vem desde Bacon, Hobbes, Locke, A. Smith até Stuart Mill e Spencer, e que formula como base da moral o utilitarismo. Para ele, a base da moral é o pendor natural – o instinto altruístico – que leva o homem a procurar a companhia dos seres da sua espécie, a comprazer-se nessa companhia, e a interessar-se por eles, fora de qualquer cálculo, ou de motivos egoísticos; e proclama, tal como Auguste Comte, uma base orgânica, instintiva, para a moral. Quão diferentes são estas idéias daquelas que Oliveira Martins pretende existir na filosofia do grande naturalista!... Certamente o escritor lusitano nunca leu as cartas de Darwin, escritas depois de ter demorado no Brasil, e de conhecer, por si mesmo, uns e outros: o negro, inferiorizado pela pirataria evolucionista, e os que o cativaram, e cuja superioridade bem se exprime pela grandeza da invenção – o tráfico dos africanos... Devia ter lido, para ver o horror e a indignação humanitária com que ele se refere à abjeção e iniquidade desses homens, que, em nome de uma suposta superioridade, cometem sobre criaturas humanas tais crimes.” (BOMFIM, pp. 197-198, 2008).

Manoel Bomfim está inserido numa fase nascente da Sociologia, em que muitos conceitos das Ciências Naturais e da Medicina serviram de arcabouço para as primeiras investigações sociológicas. É interessante notar que em *L'évolution régressive en biologie et en sociologie* (1897) o determinismo biológico transpassa para a Sociologia através de noções inferidas da *physis social*. Um dos autores, Jean Demoor, médico e educador, é um exemplo de intelectual do fim do século XIX e início do século XX, inserido em um contexto de diálogo entre cientistas de diferentes áreas do saber. Esse tipo de intercâmbio foi importante nos primeiros passos para a consolidação do campo epistêmico das Ciências Sociais. Da mesma forma, Manoel Bomfim, a partir da Medicina, desenvolve interesse pela Psicologia, pela Pedagogia e pela Sociologia.

No pensamento social brasileiro, tornou-se comum entre os *intérpretes do Brasil* recorrer ao passado colonial como ponto de partida para análise, interpretação e compreensão dos entraves ao desenvolvimento da sociedade brasileira por distintos modos e métodos. Tomemos, por exemplo, Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) quando recorre à chave marxista para compreender os efeitos da colonização portuguesa na conformação econômica nacional e Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) ao mobilizar a sociologia weberiana, a partir da relação entre modernidade e razão para pensar Estado, sociedade, tradição e modernização

no Brasil. Em Manoel Bomfim, o *bragantismo* apresenta-se como chave interpretativa oriunda do conceito de parasitismo social, anteriormente presente na historiografia portuguesa e na sociologia com fortes influências biológicas<sup>15</sup>. O autor expressa, através do conceito, consequências históricas promovidas pela metrópole e pelo império português que aprofundaram o atraso brasileiro e foram herdadas nas dinâmicas da vida republicana como tradição política.

O autor compreende a nação brasileira irrealizada e sufocada pela tradição política dos governantes. A ideia de uma tradição política deletéria, instalada nos sucessivos governos brasileiros, é correlacionada, ainda, a uma definição corporativista de classe em *O Brasil Nação* (1931):

“Se há um gênio nacional-brasileiro, esse ainda não teve realização pois que a nação continua abafada, escravizada, pela classe dirigente, como era antes pelo governo da metrópole, de quem são, os mesmo dirigentes, herdeiros diretos e continuadores imediatos. Por isso mesmo, tratando de – tradições nacionais, não pensamos, de modo nenhum, na tradição da política dirigente até hoje dominante. As tradições nacionais, manifestadas somente com os movimentos de solidariedade em torno da pátria idealizada, e em revolta contra a pressão dominante; estas correspondem justamente ao espírito de reivindicações contra a tradição política: aquelas valem como inspiração de justiça e liberdade; esta, como ainda, por preconceitos vários, numa ideologia reles e mesquinha, torpe justificativa do ignaro governo que tem tido esta pátria. Será preciso notar explicitamente tais preconceitos, assinalando, ao mesmo tempo, os seus desastrosos efeitos concretos. Antes, porém, para não deixar no vazio essa resenha, torna-se preciso dar a significação do fato – tradição referido a classes.” (BOMFIM, p. 529, 1998)

A classe ativa está compreendida numa chave hermenêutica em que as dinâmicas da sociedade mostram-se como produto de ações sociais, em grande parte influenciadas pela tradição política dirigente, constituída pelo acúmulo da consciência de valores, e por manifestações próprias de mentalidade, conceitos, sentimentos e processos de conduta (BOMFIM, 1998).

---

<sup>15</sup> J. Massart et E. Vandervelde : Parasitisme organique et parasitisme social. Paris, Librairie C. Reinwald, 1898, 197 pages)

“São formas ideológicas e morais, que se organizam e vivem, com todas as propriedades da vida; tendência de expansão, tenacidade de conservação... Vivaces, impositivos sobre as consciências que entram na ação da classe, e que por ela vivem, esses conceitos e sentimentos e processos se incorporam, em cada caso, à respectiva tradição” (BOMFIM, p. 530, 1998).

A permanência dessa tradição política, vazia de grandes propósitos nacionais, moralmente condenável e de ambição imediatista, é o elemento identificado no pensamento de Manoel Bomfim como expressão bem acabada da permanência da lógica de dominação transplantada para as formas institucionais republicanas aparentemente modernas.

“Em razão desse império das tradições de classe, e porque os primeiros dirigentes brasileiros foram continuadores imediatos da tradição política portuguesa – bragantina, nos que se lhes seguiram encontramos todos os defeitos e vícios dessa política, que moldou a dos governantes brasileiros – Império, ou República. (...) Subimos das abjeções de hoje, e vamos até a carência e os crimes dos governos da metrópole sobre o Brasil; perscrutamos os males que atualmente se amesquinha esta pátria; e deparamos, como fonte de tudo, com as próprias formas de pensar e de sentir dos desfrutadores do governo. Então, se lhes catamos a alma, apenas encontramos: vaidade de mandonismo, tendência ao uso despótico do poder, incapacidade para a prática da justiça, incompreensão do papel da liberdade, prepotência e intolerância, incompatíveis com a cooperação necessária na verdadeira política de um governo livre; incompreensão das responsabilidades, cegueira para a realidade, inabilidade no apurar dos fatos para a legítima inspiração política; nulidade de concepções sintéticas orientadas pelas necessidades positivas; ausência de senso crítico, substituído por estúpidos e maléficos preconceitos, mascarados das leituras mal-assimiladas; carência de preparo e de segura ideologia; grosseria de inspirações, sedução pelas riquezas e a grandeza material; tirania sobrenadando o servilismo, a insinceridade, o ânimo de transigências, a falsidade na corrupção, até a degradação e a ignomínia...” (BOMFIM, pp. 531-532, 1998).

A lógica do parasitismo social significa o impedimento do desenvolvimento do hospedeiro representado pelo povo brasileiro, e a degradação progressiva – evolução na terminologia médica mobilizada por Bomfim – do parasita representado pela classe dirigente. A qualidade das elites que se alternam no poder é irrelevante, na medida em que a lógica do espírito

de classe, salteador, prevalece na disposição do poder político<sup>16</sup>. Esse cenário pintado por Manoel Bomfim, de continuidade da dilapidação da pátria, é simbolizado nos termos do bragantismo. Na visão do autor, a pura alternância de governantes é insuficiente para a resolução do problema do atraso brasileiro. É preciso inaugurar uma nova tradição política nacional, calcada em um regime democrático livre do prosaísmo dos “desfrutadores do poder” (Bomfim, 1931). Para tal realização o autor deposita na revolução popular sua maior esperança.

“Se tanto acontece em outras classes, que não existam para contínua e solidária ação coletiva, quanto mais nas dos políticos, que além da unificação de destinos, devem solidarizar e harmonizar a ação para cada caso, em cada campanha. E, por isso, não há verdadeiras reformas sociais, com modificações radicais nos intuítos e nos processos políticos de um povo, senão por meio de revoluções completas, em que haja, além da substituição de programas, e de processos, a de gerentes; por isso mesmo, serão frustrados todos os movimentos políticos que deixam o poder e a máquina administrativa com os antigos servidores, em quem se refaz toda a substância do antigo regime.” (BOMFIM, p. 531 1998).

O processo de decadência da dinastia Bragança foi um fator determinante para o atraso social do Brasil, na medida em que sua forma de pensamento e governo foram reproduzidos pela classe dirigente no contexto republicano.

## 2.2 A recepção de suas ideias

O pensamento de Manoel Bomfim destacou-se através de seu posicionamento contrário ao racismo científico propagado por Arthur de Gobineau e endossado por Sílvio Romero, no Brasil<sup>17</sup>. O lançamento de *América Latina* rendeu boas críticas na imprensa, como exemplo Nestor

---

<sup>16</sup> A dicotomia dominador e dominado é comumente trabalhada por Bomfim. Sua apreciação das qualidades da elite política brasileira enseja uma análise a partir da Teoria das Elites, trazendo à baila autores como Vilfredo Pareto e Charles Wright Mills para a discussão. Ver GIMENES, E. *Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia*. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR, Vol. 2 – n.2 – 2014.

<sup>17</sup> ALVES FILHO, Aluizio. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial*. São Paulo: Expressão Popular, 2008



Victor, fez elogios à obra no periódico *Os anais*; Frota Pessoa defendeu a distribuição da obra em todos os países latino-americanos no *Almanaque Garnier* e Álvaro Bomílcar criticou a visão pouco generosa de Bomfim em relação à Igreja Católica, mas destacou suas qualidades interpretativas históricas sobre os processos de formação social (AGUIAR, 2000, P. 318). Por outro lado, o livro rendeu polêmicas discussões com Sílvio Romero, entusiasta da tese do “branqueamento” da população e, adiante, ferrenho racista e advogado da degenerescência social pela mestiçagem. Romero dedicou uma série de 25 artigos criticando a obra de Manoel Bomfim, que culminou em um livro intitulado *A América Latina: análise do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim*, de 1906<sup>18</sup>. Sílvio Romero, jornalista, professor e escritor consagrado, polemista temido, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, era o que Aluizio Alves Filho (2013) classificou como avaliador do campo intelectual (BOURDIEU, 1983) à sua época. Romero publicou suas críticas na revista *O Anais*, com o título “Uma suposta teoria nova da história latino-americana”. O polemista incomodou-se sobremaneira com a obra de Bomfim em função dos argumentos contrários às teses racialistas de Gustave Le Bon, psicólogo francês entusiasta do racismo científico, à tese da eugenia de Arthur de Gobineau, muito defendido por Sílvio Romero nesses artigos. Romero, além de advogar pela integridade intelectual de Le Bon, estava descrente do futuro do Brasil (AGUIAR 2000, p. 320), pois enxergava nossa sociedade miscigenada pela lente da eugenia e do spencerismo.

“Falsa é sua base científica, falsa a etnográfica, falsa a histórica, falsa a econômica. Não admira, portanto, que seja falsa também a causa a que atribui os desvios e atropelos da evolução latino-americana, e sofrivelmente ineficaz a medicação que propões para corrigi-los” (ROMERO, 1906, pp. 11-12 *apud* AGUIAR, 2000, p. 319)

As críticas de Bomfim às teses racialistas e aos seus autores podem ter

---

<sup>18</sup> ROMERO, Sílvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Chardron, 1906.

sido a origem da fúria de Romero. Os adjetivos que compõem as críticas em *América Latina* são muitos, dentre eles “sofisma abjeto do egoísmo humano”, “ciência barata, covardemente aplicada à exploração dos fracos pelos fortes”, “etnologia privativa das grandes nações salteadoras” e “teoristas do egoísmo e da rapinagem” para os defensores do arianismo. Sílvio Romero parece ter vestido a carapuça. Os filhos de Sílvio Romero, Nelson e Edgar Romero<sup>19</sup>, escreveram sua biografia e, em determinado trecho expõem a ira do pai em relação a Manoel Bomfim. Os relatos são de Sílvio esmurrando sua mesa e gritando “Estás vendo, Manoelzinho, como não tens razão!” (AGUIAR, 2000, p. 324).

A reação de Manoel Bomfim às polêmicas incitadas por Sílvio Romero foi uma única resposta, após a insistência de Domingos Olímpio, editor da revista *Os Anais* e amigo de Bomfim. Referindo-se a Sílvio como “o crítico de Lagarto” (cidade natal de Romero, em Sergipe), Manoel Bomfim teceu comentários à ignorância e grosseria de seu interlocutor e ratificou seu ponto de vista contra o racismo científico. Assim foi parte da resposta de Bomfim a Sílvio Romero:

“Eu bem sabia que o reacionarismo dos eternos exploradores acharia penas que me enxovalhassem. Esperava por isso. Eu o sabia, e bem o disse: que a exploração, o parasitismo, a violência e a injustiça dispõem de uns pseudo-sábios para defender-se. São esses mesmos que, há duzentos anos, seriam negreiros ou pegadores de índios – se tivessem coragem de afrontar a morte; hoje são teoristas, a serviço dos fortes e dos sugadores. (...) Aceito jubiloso os seus doestos; não lhe respondo diretamente porque ele não tem direito a essa resposta. Mas acharei ocasião, e muito brevemente, de propagando as ideias que me são caras, mostrar os verdadeiros intuitos dessa crítica alagada e insultosa, e de reduzir ao que elas valem as suas repetidas acusações”.

Em um ensaio encomendado pela Academia Brasileira de Letras, em

---

<sup>19</sup> ROMERO, Edgar et al. Reminiscências de Sílvio Romero. (In: Diretrizes, Rio de Janeiro, ano V, nº 99, 21 de Maio de 1942).

2004, Ronaldo Conde Aguiar, estudioso e biógrafo consagrado de Manoel Bomfim, destaca:

“Flora Sussekind e Roberto Ventura atribuíram a Bomfim uma surpreendente teoria biológica da mais-valia. Lúcia Lippi Oliveira notou que, embora criticasse o darwinismo social, Bomfim expressou-se num linguajar e num esquema de análise comprometidos com o pensar biológico. Aluizio Alves Filho, a quem se deve o primeiro estudo sobre Manoel Bomfim, destacou que, apesar de se apoiar numa ‘tosca metáfora organicista’, Bomfim conseguiu captar em linhas gerais a problemática estrutural do continente.” (AGUIAR,2004)

Antônio Cândido considerou Manoel Bomfim “entre os predecessores da sociologia brasileira” em *Radicalismos*, texto compilado de uma palestra feita no Instituto de Estudos Avançados, em 28 de setembro de 1988, e, dentre outros pensadores, analisa a obra de Bomfim reconhecendo seu mérito e as possíveis razões de seu desconhecimento no meio acadêmico:

“Ao contrário de Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim é um pensador pouco conhecido e não teve a consagração merecida. Nabuco, homem de enorme prestígio (em vida e após a morte), foi um radical provisório que acabou plenamente integrado no *establishment*, do qual divergira um momento, de modo que mesmo as suas ideias mais incômodas acabaram dissolvidas no conjunto tranquilizador da sua obra e da sua ação. Manoel Bomfim foi um radical permanente, que analisou com dureza, além do regime de trabalho, as bases da sociedade brasileira e latino-americana. Mas como não tinha a personalidade fulgurante nem a escrita admirável de Nabuco, foi fácil deixá-lo em segundo plano. E deve ter contribuído para isso o fato de haver sido contestado com abundante (e falaciosa) veemência por Sílvio Romero, cuja palavra tinha muita força naquele tempo. (...) Darcy Ribeiro o considera como ‘grande intérprete do processo de formação do povo brasileiro’. Por que então ficou esquecido? Penso que por causa de seu método de analogias biológicas, superadas em seguida por outras correntes da sociologia; e também porque manifestava pontos de vista politicamente incômodos para as ideologias dominantes. (...) As posições de Manoel Bomfim sofreram com certeza influência direta dessas circunstâncias, mas os seus pontos de vista discrepam da opinião dominante pelo arrojo e a lucidez, fazendo dele um verdadeiro radical, por vezes próximo do socialismo. Creio que foi o primeiro a elaborar um modo inconformado e desmistificador de ver a nossa Independência, assim como a natureza e o papel das classes dominantes, que estudou à luz

da sua tradição irremediavelmente conservadora. E terá sido dos primeiros a rejeitar a noção pseudocientífica de superioridade das raças, atribuindo as diferenças e os graus de progresso a fatores de ordem social e cultural. O ponto de partida e de referência para Manoel Bomfim é o que ele chama de parasitismo social, exercido pelos países colonizadores, Espanha e Portugal, sobre as colônias, que eles contaminaram com os seus males. Os males derivam essencialmente da desqualificação que estigmatiza o trabalho, pois este é imposto ao escravo e, portanto, se torna atividade indigna do homem livre. Ora, o trabalho produz o excedente, que se transforma em lucro, transformando o possuidor do capital em parasita, isto é, alguém que não trabalha e vive do esforço alheio. Este parasita acaba sofrendo as consequências da situação, pois se torna egoísta e ocioso, decaindo socialmente e cedendo o lugar a outros mais capazes, que vão subindo. Notemos que na primeira parte do raciocínio Manoel Bomfim se aproxima de Marx, ao definir praticamente a mais-valia, como viram Flora Süssekind e Roberto Ventura, que falam em ‘teoria biológica da mais-valia’.” (CÂNDIDO, 1990)

Dante Moreira Leite em *O caráter nacional brasileiro* (1983) considera a obra de Bomfim um “ensaio de afirmação das classes desprotegidas” e o autor “adiantado em relação aos intelectuais do seu tempo” (Ibidem, pp. 275-6), visão comungada por Thomas Skidmore em *O Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (1976).

O biógrafo Ronaldo Conde Aguiar em *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim* (2000) levanta uma questão importante sobre a forma como Skidmore descreveu o conhecimento atualizado de Antropologia que Manoel Bomfim possuía. Skidmore referiu-se a Bomfim como “curiosamente atualizado” em termos de ciência em relação a intelectuais da Europa; o autor brasileiro apoiava-se nas teorias de Topinard e Zaborowski para destruir as concepções racistas (ALVES FILHO, 2013). Aguiar (2000) levanta a hipótese de que a visão de Skidmore revela sua ignorância sobre a passagem de Bomfim por uma Universidade europeia. Essa reflexão implicou no questionamento da ideia de que Bomfim era um autor “à frente do seu tempo”. Aguiar (2000) sustenta que o escritor sergipano era um intelectual que dialogava com o seu tempo, era produto do período histórico, e que apresentava ideias e referências muitas vezes conflitantes dentro do campo intelectual (BOURDIEU, 1983).

A obra de Manoel Bomfim vem sendo discutida com maior frequência na academia desde que Darcy Ribeiro o anunciou como “o maior intérprete da América Latina” ao descobrir uma edição da *magnum opus* durante seu exílio no Uruguai. A editora Topbooks relançou *América Latina* após 50 anos sem reedições, numa tiragem prefaciada por Darcy Ribeiro, conferindo notoriedade a Manoel Bomfim e despertando novo interesse nas ideias do escritor sergipano. No artigo “Manoel Bomfim antropólogo”, que tornou-se o prefácio da reedição de Bomfim, Darcy Ribeiro comenta:

"Teve predecessores, é certo, que cita copiosamente, dos quais se quis fazer herdeiro e continuador. Não teve sucessores, porque jamais existiu, de fato, na bibliografia brasileira. A culpa não é de Bomfim, é nossa. Não porque ele fosse adiantado demais, mas sim porque nossos pensadores são servis demais. Entre nós, a cultura não constrói, como em toda parte, pela superposição de tijolos nas paredes de um edifício que se levanta coletivamente. Aqui, cada pedreiro está olhando para a casa alheia e só deseja contribuir com seu grão de areia exemplificativo ou seu tijolinho de lisonjas ao pensador estrangeiro que mais o embasbaca". (BOMFIM apud RIBEIRO, p. 2, 2005)

Muitas obras foram reeditadas nos anos 2000 pela Fundação Darcy Ribeiro, dentro do projeto Biblioteca Básica Brasileira, dentre elas *O Brasil na América e Através do Brasil*. Recentemente, Manoel Bomfim foi publicado em volume do Ministério da Educação na coleção *Educadores* (2010) organizado por Rebeca Gontijo, ganhou um volume na coleção *Pensadores da Pátria Grande* (2015) e virou objeto do documentário *Por que não se fala em Manoel Bomfim* (2019) do cineasta político argentino Carlos Pronzato.

### **3. Revolução e o pensamento revolucionário de Manoel Bomfim.**

#### **3.1 Reflexões iniciais**

“(…) anteriormente as nações de nada sabiam, e o povo pensava que os reis eram deuses sobre a terra e que tinham o direito de dizer que qualquer coisa que fizessem estava bem feita. Através desta atual mudança é mais difícil governar o povo.” (T. Kolokotronis, citado em L.S. Stavrianos, *Antecedents to Balkan Revolutions*, *Journal of Modern History*, XXIX, 1957, p. 344.)

A busca de sentidos do pensamento revolucionário, ao longo da história, enseja uma pesquisa hercúlea e, por isso, se faz necessário definir o recorte temporal atinente a este estudo. Para fins de comparação e parâmetro, tomaremos a Revolução Francesa de 1789 como ponto de partida para pontuar sua importância na política moderna e mensurar seu impacto nos projetos revolucionários latino-americanos. O evento na França, o jacobinismo e os ecos advindos da abolição da escravidão nas colônias francesas na América, ajudaram a criar o primeiro líder revolucionário independente, Toussaint Louverture, no Haiti (HOBBSBAWN, 2017, p.122). Todavia, nenhum país americano, com exceção de Cuba, levou adiante a reprodução de modelos revolucionários europeus em sua história. O ideário revolucionário americano buscou inspiração em elementos locais como, por exemplo, a natureza idílica, cantada no ufanismo dos românticos. Essa verve própria do espírito revolucionário americano é riquíssima e abre um campo vasto para pesquisa. Neste estudo focaremos nas reflexões de Manoel Bomfim e, sucintamente, citaremos José Martí para pensar aspectos próprios da luta emancipatória da América Latina.

### 3.2 O legado da Revolução Francesa

O impacto da Revolução Francesa de 1789 ecoa na história mundial e se faz presente no imaginário e no vocabulário político moderno. Todo o século XIX foi permeado pelas ideias de povo, cidadão, liberdade, igualdade e pelas ideologias do republicanismo e do socialismo gestadas na França revolucionária. Seu legado se estende historicamente aos eventos de 1848 e se faz presente no pensamento político moderno e contemporâneo através do ideário lançado por liberais, jacobinos, girondinos, *sans-culottes*, *carbonari*, dentre outros atores que se lançaram nas formas próprias de participação e representação política modernas. O historiador Eric Hobsbawn<sup>20</sup> ressalta o papel da Revolução Francesa de 1789 como o maior levante de massas já presenciado, com as maiores expressões de radicalismo político já concentradas em um processo revolucionário. Enquanto a Inglaterra foi a “oficina do mundo” com a revolução industrial, a França apresenta-se como o grande modelo de transição política moderna e reproduz essa hegemonia, ao longo do século XIX, inspirando a formação das repúblicas modernas e os processos de participação política popular em grande parte da Europa. A presença do Terceiro Estado na cena política, a ação política da classe burguesa emergente, as influências da filosofia iluminista na construção de categorias universais como *humanidade*, de profunda transformação das hierarquias sociais tradicionais, fazem de 1789 o ano de um evento único. O conflito entre o Antigo Regime e as novas forças sociais ascendentes teve uma intensidade muito maior na França do que em qualquer outro lugar. Os desdobramentos violentos, as execuções, o Terror, o Termidor, também compõem a peculiaridade da Revolução Francesa. A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, a noção de povo e nação são aspectos que floresceram nesse período, na França, e constituem uma parte do grande legado da Revolução.

Um ponto de vista interessante sobre as matrizes intelectuais dispostas entre os atores da Revolução Francesa é apresentado pelo historiador alemão

---

<sup>20</sup> HOBBSAWN, E. A Era das revoluções, 1789-1848 – 38ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

Reinhart Koselleck na obra *Crítica e crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês* (1953). O autor credita à Filosofia Iluminista do século XVIII a matriz intelectual da crítica burguesa responsável pelo declínio dos Estados Absolutistas. Em linhas gerais, Koselleck demonstra que a formação da crítica, do papel do crítico, da opinião pública, antes restrita aos filósofos, prepara o terreno para os processos revolucionários responsáveis pela queda dos regimes absolutistas. A partir do exemplo inglês, como resposta às guerras religiosas, o Estado Absolutista celebrado no *Leviatã* de Thomas Hobbes<sup>21</sup> erigiu-se como modelo para frear o estado de guerra civil e ser o promotor político da paz entre os homens. A decisão do príncipe passa a ter força de lei e a esfera pública limita-se às ações políticas. Enquanto a esfera pública é preenchida pela política, a esfera privada incumbe-se da moral. Na França, tal separação entre política e moral, entre súdito e homem, será subvertida pelas ideias iluministas. Categorias universais como *homem*, abstrações como a ideia de liberdade e igualdade tornam-se palavras de ordem que transbordam a moral da esfera privada para a esfera pública. A política será submetida à moral. Qualquer decisão política, considerada imoral pelos críticos, transformará a soberania em tirania e a promoção da paz, a defesa da guerra civil, em violência. Nesse sentido, Koselleck demonstra como os filósofos iluministas, ou seus críticos desavisados, indiretamente contribuíram para determinar esse estado de submissão da política à moral e como o “império da crítica” levou a períodos de revolução permanente e extensos processos de crise. O autor destaca o papel das lojas maçônicas em agir politicamente pela defesa da moral, na crença do progresso, operando a Grande Obra pela Filosofia da História. Essa forma de dissimulação política, pela crença na evolução oferecida pela “verdade” das Filosofias da História fazia dos “iluminados” agentes indiretos na defesa dos interesses da burguesia, na construção do processo de transição “necessário” para a crise como forma de destruição da política pela ação crítica moral.

A violência das revoluções é identificada pelos “iluminados” como um mal necessário no encadeamento dos fatos históricos do porvir almejado. Grande parte do processo investigado na tese de Koselleck credita a influência dos escritos de pensadores como Rousseau, Turgot, Diderot e outros na constituição

---

<sup>21</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os pensadores).



da matriz moral como forma de mudança e subversão da ordem política. Do universalismo iluminista à Filosofia da História, o solapamento da ordem absolutista marca a invasão da moral na vida política e inaugura o domínio burguês também na esfera estatal. O autor credits à cultura europeia, inaugurada no século XVIII, o substrato crítico responsável pelo estado de crise das revoluções que derrubaram os Estados absolutistas europeus. A prática da crítica transformou a política num grande tribunal moral. Reinhart Koselleck desenha uma relação causal entre crítica e crise, ancorada nas práticas críticas capitaneadas pelo ideário moral do progresso, celebrado desde os preceitos iluministas à Filosofia da História, que fazem do momento de crise a possibilidade do mundo moldado conforme as crenças e os interesses burgueses.

Os reflexos da Revolução Francesa incidem de maneira especial no processo revolucionário russo de 1917. Embora as formas de ação revolucionária variem, há uma ampla literatura (FLORENZANO, 2008) que associa as duas revoluções e o jacobinismo ao bolchevismo, a começar pelo historiador francês Albert Mathieu em *Le Bolchévisme et le Jacobinisme* (1920). A superação do Antigo Regime, o povo identificado na forma do Terceiro Estado e da classe operária, do campo e das cidades, na formação do proletariado, bem como os desdobramentos violentos e autoritários presentes após as duas revoluções são pontos de contato que permitem a associação da França do fim do século XVIII com a Rússia do início do século XX.

Por outro lado, as revoluções do mundo ibero-americano beberam muito pouco da fonte do modelo francês e buscaram inspiração em diferentes ideários. Sua forma própria de ação em grande parte vincula-se ao esquema societário *sui generis* constituído pelo processo colonial e pelo escravismo empreendidos nessas sociedades.

### **3.3 Pensamento e revolução na América Latina**

Os debates intelectuais em torno da revolução são vastos na história latino-americana. Pensadores da revolução e revolucionários como José de San Martín, Símon Bolívar, Manuel Ugarte, César Zumeta, Darcy Ribeiro, Augusto

César Sandino, Raul Ortiz, dentre outros, poderiam compor o cenário deste subcapítulo. Porém, por questões de escolha do estudo, iremos ilustrar o pensamento político revolucionário latino-americano a partir da breve descrição de parte da obra de José Martí. O intuito é demonstrar como autores latino-americanos pensam o processo revolucionário por vias originais.

José Julián Martí Pérez (1853-1895) foi político, poeta, escritor e mártir da independência cubana. O sangue de Martí, derramado sobre o chão de Cuba, provocou o florescer da independência de seu país. Seu heroísmo está imortalizado no panteão dos símbolos nacionais cubanos. O esplendor de sua poesia encanta gerações e ressoa no cancionero popular. Sua vivacidade atravessa a arbitrariedade do tempo, das contingências, e permanece presente no teor de boa parte do imaginário político latino-americano. A partir do ensaio *Nuestra América*, em especial, é possível identificar elementos revolucionários que transbordam a questão independentista cubana e se lançam como epítome de um projeto emancipatório continental. A América de Martí, a princípio representada pelo mundo hispano-americano, é pensada como identidade política e cultural capaz de forjar a unificação do Novo Mundo. Nossa América é a pátria grande advogada por Bolívar e San Martín, é a grande nação antípoda à outra América, a América do Norte, representada no desiderato da dominação imperialista dos Estados Unidos em relação ao continente. Nossa América representa, ainda, a rejeição ao colonialismo representado pelas potências europeias. José Martí conduz um novo projeto civilizatório, alicerçado no sangue, na terra e nas tradições nativas de toda a América Latina.

“¿Ni en qué patria puede tener un hombre más orgullo que en nuestras repúblicas dolorosas de América, levantadas entre las masas mudas de indios, al ruído de pelea del libro con el cirial, sobre los brazos sangrientos de un centenar de apóstoles? De factores tan descompuestos, jamás, en menos tiempo histórico, se han creado naciones tan adelantadas y compactas. Cree el soberbio que la tierra fue hecha para servirle de pedestal, porque tiene la pluma fácil o la palabra de colores, y acusa de incapaz e irremediable a su república nativa, porque no le dan sus selvas nuevas modo continuo de ir por el mundo de gamonal famoso, guiando jacas de Persia y derramando champaña. La incapacidad no está en el país naciente, que pide formas que se le acomoden y grandeza útil, sino en los que quieren regir pueblos originales, de composición singular y violenta, con leyes heredadas de cuatro siglos de práctica libre en los Estados Unidos, de diecinueve

siglos de monarquía en Francia. Con un decreto de Hamilton no se le para la pechada al potro del llanero. Con una frase de Sieyès no se desestanca la sangre cuajada de la raza india. A lo que es, allí donde se gobierna, hay que atender para gobernar bien; y el buen gobernante en América no es el que sabe cómo se gobierna el alemán o el francés, sino el que sabe con qué elementos está hecho su país, y como puede ir guiándolos en junto, para llegar, por métodos e instituciones nacidas del país mismo, a aquel estado apetecible donde cada hombre se conoce y ejerce, y disfrutan todos de la abundancia que la Naturaleza puso para todos en el Pueblo que fecundan con su trabajo y defienden con sus vidas. El gobierno ha de nacer del país. El espíritu del gobierno ha de ser el del país. La forma de gobierno ha de avenirse a la constitución propia del país. El gobierno no es más que el equilibrio de los elementos naturales del país.” (MARTÍ, José. 1891, p. 134)

À medida que o projeto político de Martí é revelado no decorrer do ensaio uma curiosa convivência entre ideais nacionalistas e internacionalistas é percebida. O ideal nacionalista está correlacionado aos processos independentistas ibero-americanos e também são evocados como ideais políticos emancipatórios do jugo colonial. A questão nacional assume o papel de conformar uma nova identidade política às nações independentes. Isso envolve construir alternativas simbólicas capazes de mobilizar um imaginário comum em torno de um ideal de pertencimento a uma comunidade de valores políticos e culturais compartilhados. Conjuntamente, o espírito internacionalista de *Nuestra América* assenta-se na reação à ameaça externa aos povos latino-americanos, em suma, à configuração imperialista descortinada nos Estados Unidos, desde o advento da Doutrina Monroe. Nacionalismo e internacionalismo operam no léxico político de José Martí como elementos da sinonímia do anticolonialismo e do anti-imperialismo. São terminologias mobilizadas para simbolizar campos de disputa de uma conjuntura mundial e, conseqüentemente, oferecer um referencial às novas repúblicas latino-americanas a partir do avanço do imperialismo. Martí preocupou-se com o pós-independência, em princípio para “retirar Espanha de Cuba” e das demais nações hispano-americanas e, em seguida, para impedir que os Estados Unidos transpassassem as fronteiras materiais e culturais da América Latina. Propôs, portanto, uma ousada e abrangente noção de soberania.

Por fim, em *Nuestra América*, a questão racial é posta em um sentido diferente do que se escrevia em Cuba. José Martí busca na mestiçagem

elementos de virtude da formação social cubana. Desde as primícias da Guerra de Independência em Cuba, as relações entre negros e mestiços com os movimentos nacionalistas forjaram uma nova mentalidade de afirmação da *raza de la cor* como um vocábulo político de teor emancipatório e combativo das clivagens raciais<sup>22</sup>.

A ideia de América Latina em José Martí está relacionada à noção de soberania concebida como um projeto político reativo à ameaça imperialista dos Estados Unidos com a doutrina Monroe, indo além da Guerra de Independência e da instauração da República cubana. O senso de alerta e a luta comum constituem um elemento identitário dos povos latino-americanos, representando boa parte das condições de seu lugar no mundo.

A nova ordem mundial inaugurada no século XX com a ascensão da “águia imperialista” materializou os perigos anunciados no século anterior por vários pensadores políticos latino-americanos. A ideologia do Destino Manifesto e o protetorado político continental intentado pela Doutrina Monroe representaram riscos cada vez mais próximos com as atuações dos Estados Unidos em conflitos do subcontinente como a Guerra Hispano-Americana. A luta anti-imperialista de José Martí tornou-se bandeira comum do pensamento revolucionário latino-americano, no século XX.

A luta anti-imperialista e a condição colonial constituem semelhanças entre as nacionalidades latino-americanas. Em outra direção, muitos elementos culturais e processos históricos constituíram particularidades identitárias dessas novas nações. Na obra *O Brasil na América*, Manoel Bomfim trata a expressão América Latina com cuidado, identificando o Brasil e a América hispânica como países *neoibéricos*. A expressão “América Latina” carrega, no entendimento do autor, uma função geográfica, sem um sentido político ou cultural mais profundo.

“Expressão de tanto uso, essa América Latina deve servir, sensatamente, para designação geográfica – do grupo de nações formadas por ibéricos, num regime colonial de subordinação e dependência imediata, e que logo se degradou em parasitismo, despótico, antiprogressista. No mais, é designação nula, própria somente para a tecnologia fútil dos que, aceitando a

---

<sup>22</sup> Ver MATA, Iacy Maia. *Conspirações da "raça de cor": escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*. 2012. 255 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280974>. Acesso em: 31 Mar. 2020.

divisão fácil do Ocidente em – latinos, germânicos, eslavos... voltados para este lado, concluem que deve haver uma América Latina. (...) O norte-americano é ainda mais explícito e cartográfico; as suas sentenças falam peremptoriamente de South-America, para o implícito contraste com a sua North...” (BOMFIM, 2012, p. 35)

Teoria e *práxis* da revolução na América constituem uma interessante tradição própria. O início do século XX concentrou importantes expressões emancipatórias nacionalistas como a interação *sui generis* do internacionalismo comunista no pensamento latino-americano, a exemplo de Juan Bautista Justo (1865-1928), o primeiro autor latino-americano a traduzir *O Capital*, e José Carlos Mariátegui (1894-1930), escritor que aliou a questão indígena peruana ao marxismo. Emiliano Zapata e Pancho Villa, pela luta armada, promoveram a Revolução camponesa no México contra a ditadura de Porfirio Díaz, anos antes da Revolução russa.

A circulação das ideias marxistas na Ibero-América em paralelo com a Rússia foi objeto de reflexão de Richard Morse em *O espelho de Próspero* (1988). Um dos argumentos do autor sobre a debilidade do comunismo marxista na reflexão latino-americana refere-se à falta de uma história e tradição nacional arraigada na cultura das gerações, como acontece na Rússia, país onde o marxismo inspirou a Revolução de 1917 e que produziu uma tradição intelectual marxista notável, desde o século XIX. Morse (1988) observa que, em termos estruturais, a Rússia era tão atrasada quanto a Ibero-América à época de sua revolução. Todavia, a *alma nacional* russa, o sentimento de posse de uma cultura nacional própria, de um cristianismo diferente do europeu, a aversão à ocidentalização experimentada no passado sob Pedro, o Grande, não se comparam à cultura política própria da Ilustração ibero-americana (MORSE, 1988, p. 99). As sociedades ibero-americanas não presenciaram conflitos tão violentos e conformadores da história como a sociedade russa. Nesse sentido, Morse destaca os confrontos entre ocidentalizantes e eslavóvilos, burgueses e socialistas e entre racionalistas e niilistas. Esse substrato cultural é propício à irrupção de uma tradição pautada no conflito de classes, o materialismo dialético. A relação entre os intelectuais, o povo e a nacionalidade também é um fator que diferencia a Rússia da Ibero-América.

“Na Ibero-América não existia os *narodnichestvo*, uma fé nos camponeses e trabalhadores compartilhada pelos *narodniks* religiosos (como Dostoievski, Tolstoi e os eslavóvilos) ou pelos revolucionários irreligiosos (como Herzen, Bakunin e os *narodniks* socialistas da década de 1870.) Enquanto a intelectualidade russa sentia-se culpada ante um povo que para ela representava o núcleo da nacionalidade, os pensadores ibero-americanos assumiram a missão histórica tutelar de ‘incorporar’ grupos de deserdados de variadas etnias a uma cultura ocidental de definição um tanto incerta. O ‘problema’ dos índios, dos afro-americanos e dos *descamisados* só receberia claras formulações políticas no século XX. Finalmente, se a Ibero-América carecia da tradição ‘socialista’ que os *narodniks* invocavam, sua cultura política também estava privada do elemento autocrático e embrionariamente totalitário que, no caso russo, viria a modelar na década de 1870 as aspirações socialistas, para produzir – fatalmente, segundo parece à perspectiva de hoje – o desfecho de 1917.” (MORSE, 1988, pp. 99 – 100)

As reservas dos intelectuais ibero-americanos ao marxismo, entre o fim do século XIX e início do século XX, devem-se a variadas motivações, dificuldades de mobilização popular, problemas estruturais de sociedades agrárias – pré-capitalistas – sem classe operária formada, sem burguesia organizada e sem uma tradição nacional arraigada capaz de forjar uma identidade bem definida. Autores como José Martí e Euclides da Cunha são identificados por Richard Morse dentro desse contexto. Por outro lado, o pensador José Carlos Mariátegui é identificado por Morse como o autor que soube transpassar elementos do marxismo à sua luta e identificar os elementos nacionais na causa indígena. O período de Mariátegui na Europa foi determinante para o autor peruano pensar em sua identidade americana. Além disso, os efeitos da Primeira Grande Guerra relativizaram a noção de desenvolvimento e o intelectual deixou em segundo plano a dimensão do capitalismo internacional preconizado pela teoria marxista para focar na análise das instituições nacionais peruanas (MORSE, 1988, pp. 105 – 106).

Os problemas estruturais do desenvolvimento capitalista e a questão da tradição nacional relacionados à construção de uma via revolucionária, no Brasil, foram pensados em 1931 por Manoel Bomfim.

### 3.4 Revolução no pensamento de Manoel Bomfim

“A sociedade é um organismo em evolução, um corpo em movimento, total, contínuo, integral – como o de um rio no seu declive; os conservadores põem-lhe diques, suspendem o progresso normal: as águas, as injustiças acumulam-se, e, um dia, o seu peso rompe o dique – é a revolução social; foram os conservadores que a prepararam. Por isto, a história humana se desenvolve como uma corrente cortada de barragens, vagas que se despedaçam contra obstáculos, catástrofes, crises e destruições violentas, devido a que os grupos dos satisfeitos não consentem o transformar incessante das coisas.” (BOMFIM, p. 119, 2008)

Nem sempre a mentalidade revolucionária culmina no ato da revolução e nem sempre a revolução corresponde aos preceitos contidos na mentalidade revolucionária. Cada povo tem sua própria história e suas próprias revoluções. O ideário emancipatório de Manoel Bomfim em *América Latina* concentra seu sentido revolucionário na luta anticolonial e anti-imperialista, operando um nexo de libertação do subcontinente em relação à Ibéria e aos Estados Unidos. Trata-se de um movimento calcado na identidade do passado colonial latino-americano e nos desafios de construção da independência, de instauração das repúblicas e de transição para a modernidade.

Um ponto importante abordado por Bomfim refere-se aos desafios emancipatórios internos das nações sul-americanas. A tendência reacionária das classes dirigentes é expressa na categoria *conservantismo*. Manoel Bomfim enxerga nas elites políticas latino-americanas a tendência ao adesismo a pautas progressistas em diferentes momentos de transição ou ruptura. O “revolucionário conservador”<sup>23</sup> das classes dirigentes, no entanto, empreende tais ações políticas de simpatia dissimulada a fim de dissipar ânimos, impedir reformas e preservar o *status quo*.

“Na América do Sul, essa política conservadora mais se agrava porque é generalizada – para todos os partidos. Não é só por interesse, é por herança, por educação. Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são

---

<sup>23</sup> Expressão utilizada por Manoel Bomfim em *América Latina* em alusão à obra *O Alienista* de Machado de Assis. Ver p. 120.

tão conservadores como os conservadores de ofício. Ou pela ambição do poder, ou mesmo pelo desejo real de concorrer para o bem do país, cujo mal-estar provoca as revoluções, eles entram nelas, subscrevem reformas, proclamam novos direitos; mas são tão impróprios para os cumprir como o mais pétreo dos conservadores. São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal às idéias. Começa porque, mesmo revolucionários hoje, a sua aspiração mais viva é ver, no dia seguinte, toda a gente conforme com os seus atos, é ver que todos vêm aderir a eles. E a adesão se faz efetivamente; não há nada que se oponha a isto; amanhã será tudo como ontem.” (BOMFIM, p. 120, 2008).

O espírito conservador identificado por Manoel Bomfim é associado à incapacidade de adaptação ou imaginação das dinâmicas sociais. O autor classifica o *ethos* das classes dirigentes sul-americanas pelo que denomina *conservantismo afetivo*. Sem o que conservar necessariamente em termos de estabilidade política, avanço social ou desenvolvimento econômico, os grupos dominantes criam relações subjetivas para justificar a ordem das coisas e não permitir reformas políticas, econômicas e sociais profundas. No fundo, trata-se da conservação dos privilégios de classe e da dificuldade em aceitar a proeminência civil de novos atores, bem como da reformulação econômica já anunciada pela Era das Revoluções.

“Em teoria, os homens das classes dirigentes aceitam e proclamam, como boa, a maior parte das idéias gerais, comuns, de progresso; mas, nem sabem relacionar essas idéias e princípios gerais com as necessidades próprias de cada época e com as circunstâncias especiais de cada país, nem sabem fazer essa aplicação, nem são capazes, quando ela se impõe por si mesma, do menor esforço para adaptar-se a uma conduta diversa. Não suportam que as coisas mudem em torno deles. Adotam as idéias, aceitam as palavras, mas não podem aclimatar-se às coisas que essas palavras designam. É este fundo de conservantismo afetivo que traz aos homens das classes dirigentes a preocupação, comum a todos, qualquer que seja o seu programa, quaisquer que sejam as suas idéias: o conservar ou conquistar a aquiescência dessa classe dos retardatários de ofício – indivíduos que não compreendem, sequer, que as sociedades sofrem uma evolução constante. Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina; são ativos apenas para opor-se a qualquer inovação efetiva, a qualquer transformação real, progressista. Dir-se-ia medo ou preguiça;



conservam, porque têm a impressão de que assim estão no caminho mais seguro para evitar o imprevisto e criar o menos possível de dificuldades no momento. Vivem – eles e o país que dirigem – uma vida de adiamentos e vãos expedientes. Para todos, o ideal é dizerem-se conservadores. Há políticos ousados... de idéias, radicais, e até revolucionários; mas, obedecendo a uma necessidade íntima da organização afetiva, acham sempre o meio de explicar que não querem ser mais que conservadores. E de fato é o que eles são.” (BOMFIM, p. 116, 2008)

Manoel Bomfim compreende a relação de dominação desde o esquema societário colonial apoiado no escravismo ao regime de classes sociais, anunciado pelo abolicionismo e necessário para o desenvolvimento industrial e capitalista do país. Contudo, a prevalência de formas oligárquicas, com privilégios incompatíveis com o Estado Moderno, presente na Primeira República, revela a mentalidade de um conservadorismo extremo que chega ao reacionarismo, ora identificado pelo autor como conservantismo, ora como liberal-conservador.

“Em vez de se esforçarem neste programa, as gentes dirigentes abrem o coração aos que se plantam na vida como uma árvore, estendem raízes a sugar para um lado e para o outro, e agora, toda a ação a dirigem no sentido de impedir que as coisas se transformem em torno de si. Não se contentam de estar imóveis; pretendem que todo o mundo se petrifique e que a vida deixe de ser uma evolução para ser uma repetição apenas, a fim de que vejam amanhã o que vêem hoje, e o que viram ontem – a estagnação universal. É o egoísmo arvorado em programa: coíba-se o progresso, perpetuem-se os abusos, amontoem-se as crises, contanto que ao misoneísta sejam respeitadas todas as idéias preconcebidas, e os sentimentos que trouxe de outra época, e os hábitos ligados a necessidades passadas; que não lhe firam um privilégio, que lhe respeitem a situação cômoda, em que vive a engordar sobre o labor alheio... É sem dúvida o sentimento que arrasta os políticos a essa aberração e obsessão conservadora. Os sentimentos, e os costumes, que neles se inspiram, estão sempre retardados, relativamente à inteligência. Desembaraçados, uns dos instintos baixos e interesseiros, outros do sentimentalismo liberal-conservador, livres dessa influência afetiva, a sós com as suas idéias, é impossível que esses homens não reconheçam o absurdo de apresentar como programa político ‘conservar’.” (BOMFIM, p. 110, 1998)

Para vislumbrar o *conservantismo mais afetivo do que intelectual* (BOMFIM, 2008) é preciso compreender a tradição como herança transmitida entre pais e filhos, determinante de uma espécie de compromisso solene entre as gerações e da cultura de conservação presente nas classes dirigentes.

Não é o desconhecimento do progresso – é a desconfiança, o horror ao progresso. Insisto ainda – é uma questão de sentimento. Para justificar a permanência de uma prática obsoleta e condenada, o industrial ou o lavrador não buscará raciocinar, ele dirá simplesmente: ‘Ora, isto toda a vida se fez assim... tenho medo; não, não quero mudar; já agora, o melhor é não mudar...’ Variantes ligeiras, na repressão de um mesmo sentimento. Isto se ouve tão freqüentemente na península como na América Latina. Os que se resolvem pelo progresso, o adaptariam nas condições daquele médico fazendeiro, que adquiriu um motor a vapor para tocar dez monjolos. Por quê? ‘Ora, porque no tempo dos monjolos, nós, fazendeiros, éramos mais felizes do que hoje...’ (BOMFIM, p. 123, 2008.)

Para diferenciar em termos conceituais do que se trata propriamente o conservadorismo intelectual ou uma tradição conservadora no pensamento político moderno faz-se necessário investigar as definições que conservadorismo e reacionarismo assumem no chamado “pai do conservadorismo moderno” Edmund Burke na obra *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790).

Em Burke, o conceito de história e a crítica à utopia são ideias desenvolvidas na reação ao processo revolucionário. A defesa dos costumes – da conservação dos valores contidos na ordem social – faz parte do jogo histórico que compreende o presente como sedimento da tradição, como emanção da sabedoria acumulada intergeracionalmente pelo povo. Um processo revolucionário, nos moldes jacobinos, ameaça a tradição ao negar o passado e ataca os sistemas de pertencimento da ordem vigente. Na visão de Burke, o jacobinismo é ameaçador ao prometer e fundar dentro de um hiato histórico uma nova comunidade moral e política baseada em abstrações utópicas universalistas como a igualdade, a liberdade e a fraternidade dos cidadãos. A concreção como reação à abstração, a presença da história como

“mestra da vida”, da tradição como herança social operante nos esquemas mentais e no plano simbólico do presente exige da autoridade política uma tradução institucional que proteja as formas de vida social estabelecidas. Logo, é fundamental, pelo prisma conservador, reagir ao ideário utópico e ao processo revolucionário que almeja dismantelar a ordem social e construir dos escombros – de preferência sem eles – uma nova sociedade.

O fato de Edmund Burke opor-se à celebração da Revolução Francesa e sua preocupação com seus reflexos na ordem social inglesa fazem do autor um conservador, mas não o caracterizam como reacionário. Burke é um reformador, um constitucionalista que reconhece o dever parlamentar de legislar as contingências do presente em equilíbrio ao peso da tradição disposta nos costumes e nos princípios legais consolidados. O reacionarismo nega a ordem presente e idealiza um retorno ao modo de vida pré-moderno. Burke condena as utopias, o que chama de “espírito inovador” que animava os jacobinos, e a possibilidade da oclocracia, da “tirania da maioria”, concretizar-se na forma do Terror em solo inglês. O autor prevê as reformas como mecanismos constitucionais legítimos, mas lega ao poder de negociação do parlamento e dos partidos institucionalizados o dever e a capacidade para lidar com a política. A política, nesse aspecto, deve preocupar-se unicamente com as questões da realidade imediata, das contingências, e furtar-se do plano das especulações e das manifestações idealistas. A doutrina da prudência, da cautelosa relação com as circunstâncias é o que define a política conservadora em Edmund Burke.

“Se a prudência da reserva e do decoro ditam o silêncio em algumas circunstâncias, em outras circunstâncias uma prudência de ordem mais elevada pode justificar que se diga o que se pensa. Sem dúvida que a confusão em Inglaterra é ainda muito pouca, mas convosco vimo-la ainda mais fraca no início e cresceu até ser uma força capaz de empilhar montanhas sobre montanhas e declarar guerra ao próprio Céu. Quando a casa do vizinho está a arder, não é despropositado accionar as bombas de água na nossa. É preferível ser ridicularizado por se preocupar com muita ansiedade do que arruinar-se por estar demasiado confiante.” (BURKE, E. p. 55, 2015.)

As mudanças devem conservar algo essencial, devem ser filtradas pela tradição, pela experiência e pela história. Burke nega a concepção da história

como um movimento determinista em direção ao progresso, bem como a noção de inevitabilidade do processo revolucionário, comungada por liberais e socialistas. A marcha inexorável do progresso, a qualquer custo e sob quaisquer condições, não permeia o horizonte mental de Burke. Esse é um ponto comum do conservadorismo, a aversão à revolução, um certo senso de gradualismo nas reformas sociais e políticas, bem como os aspectos de valorização da tradição, anteriormente mencionados. É possível ler Edmund Burke como um conservador liberal não somente pela sua filiação partidária Whig, pela defesa de importantes reformas de modernização econômica na Câmara dos Comuns, mas também pela influência intelectual que John Locke exerce em sua formação. Locke aparece em Burke mais pela verve constitucionalista e de valorização da política institucional representativa e menos pelas concepções jusnaturalistas. O lado liberal de Burke está relacionado à defesa das instituições, da representação e da negociação política. Em suas crenças políticas, o parlamento deveria se importar com o bem comum da Inglaterra e construir vias de para realizá-lo mediante o debate de partidos diversos. Essa é, de uma maneira geral, a forma como conservadorismo e liberalismo desvelam-se no pensamento de Burke. Seu caráter reformador e seus princípios históricos o afastam do ideário reacionário.

Aspectos históricos e ligados à formação social distanciam semanticamente o verbo conservar entre a Inglaterra de Burke e o Brasil pensado por Bomfim. O reacionarismo, no entendimento de Manoel Bomfim, liga-se à inépcia para as reformas sociais, políticas e econômicas das classes dirigentes latino-americanas e à conservação do atraso mediante a herança de uma tradição própria do esquema colonial. A resistência à inovação, à mudança, representada pelo inesgotável liame geracional que amarra a mentalidade e ação dos homens públicos da América Latina é, para o autor brasileiro, não somente a causa da reação antirrevolucionária da classe dominante, mas a consequência da lógica do parasitismo colonial. O *ethos* reacionário está diretamente ligado ao modo espoliador empregado pelo parasitismo social, seja pela conservação do usufruto do esforço alheio, a classe dominada, seja pela decadência da mentalidade política ocasionada pelo processo de degeneração do parasita, ou seja, a classe dominante.

“Essa antipatia é incontestavelmente herdada dos povos colonizadores, que o parasitismo tornou conservadores ferrenhos. É da essência do parasitismo: desde que um organismo principia a viver à custa de outro, cessa de progredir, porque já não tem necessidade de progredir; pelo contrário, todo o interesse, agora, é de não alterar a sua situação. O progresso é o resultado da luta do homem com a natureza, para tirar dela o que lhe é preciso à vida, e para evitar as suas inclemências. Para isto, ele vai apurando a inteligência, aguçando a observação, acumulando experiência, inventando recursos, adotando tudo que lhe parece facilitar essa conquista necessária da natureza. É forçado a viver em contato contínuo com ela; e a observação constante das coisas, e da vida geral, não só lhe desenvolve o entendimento, como se lhe impõe aos sentimentos. (...) O parasitismo não só dispensa o indivíduo de progredir, imobilizando-o, como o torna mesmo incompatível com o progresso, porque anula a faculdade de observação, e o subtrai à influência desse transformar incessante das coisas; e assim se perde o sentimento imediato da vida. Assim se explica a falta de observação, tão sensível nos povos sul-americanos, principalmente nos indivíduos das classes dirigentes.” (BOMFIM, pp. 123 -124, 2008.).

Há de se destacar a interessante leitura que Manoel Bomfim faz das formas institucionalizadas de agendas *a priori* progressistas. Pelo processo abolicionista, o autor reflete sobre a profundidade das reformas operadas pela classe dirigente a partir de sua mentalidade *conservantista* face às transformações estruturais demandadas na sociedade e na economia. O acúmulo de letra morta na forma de decretos, estatutos e leis, próprios da dinâmica política das nações espoliadas, em especial do Brasil, indica o caráter meramente formal incorporado pelo arranjo republicano. Nessas novas repúblicas prevalece a conservação social junto a transições incompletas nos planos político e econômico. A incoerência de sociedades oligárquicas e economias pré-capitalistas em Estados Modernos com Constituições liberais.

“Uma necessidade social, qualquer que ela seja, está resolvida no momento em que um decreto escrito vem promulgado. Desde esse momento, ela desapareceu, não se trata mais disto. Havia a escravidão, mas reconheciam todos que, sobre ser uma injustiça ignóbil, a permanência dessa instituição era também um obstáculo ao progresso econômico do país, e que nesta hora não pode haver prosperidade com o trabalho escravo. ‘É preciso que o trabalho seja livre’; e foi isto unicamente que todos pediam, absolutamente certos de que fora bastante dizer em lei que o trabalho é livre, para que se estabelecesse o regime de um trabalho. Ninguém se deteve a examinar o caso e procurar

os meios eficazes de se fazer a transformação na produção. Não viam, sequer, que o trabalho livre deve ser inteligente e aperfeiçoado, e que era mister, antes de mais nada, educar o trabalhador, instruí-lo, levar o produtor a melhorar os seus processos, meio único de compensar a barateza do trabalho escravo que se perdia. Disto não se cogitou. Decretou-se a libertação, e foram-se todos, considerando a reforma como acabada; e se alguém ainda se ocupou do caso – foi para pedir ou propor que se importassem braços baratos, que pudessem substituir os antigos escravos, nada se alterando nos costumes e nos processos: chineses ou italianos, que viessem ocupar as antigas senzalas – um salário baixo, equivalente à alimentação e ao juro do preço do negro... tudo mais como dantes. Quanto a essa população das classes inferiores, antigos escravos, nacionais proletários – quanto a estes: que sejam obrigados por lei a trabalhar; pedem-se leis sobre a vagabundagem, lei de locação de serviços, na convicção de que, no momento em que alguns decretos, substanciosos de artigos e parágrafos, vierem publicados, todos esses homens se tornarão logo ativos, adorando o trabalho, e dispostos a dar o seu labor ao fazendeiro ocioso e bruto, por um salário miserável. O essencial era garantir o fazendeiro tal qual ele é, criando embora dificuldades no futuro. E o fazendeiro, que viveu sempre parasita, já não quer somente braços baratos; reclama também quotas diretas, em espécie – auxílios à lavoura, compensação aos lucros cessantes... Ontem parasita do escravo, hoje parasita do Estado – é-lhe indiferente, certamente, quem o tenha de manter, contanto que não haja de alterar o viver. E os auxílios vêm; mas nem ele se sacia nem melhoram as condições da lavoura, convertida hoje em verdadeiro pauperismo, cuja miséria aumenta na proporção das esmolas e auxílios que recebe.” (BOMFIM, pp. 124-125, 2008.)

Tal disposição de conservação social com inovação institucional, jurídica e política se repete na história de como as classes dirigentes atuam no Brasil. O formalismo da lei e a *mimesis* constitucional concorrem mais no sentido do sufocamento de insurreições ou reformas profundas na sociedade.

“As Constituições aplicam-se às sociedades como tabuletas aos armazéns; trocar-se-iam, e ninguém daria pela coisa; fazem-se sobre os livros, fechados os políticos ao mundo ambiente. Olhemos para as nossas. A primeira, a do Império, era a Constituição de toda parte: Constituição de monarquia constitucional, comprada em bazar de roupas feitas – mangas, bolsos, gola, Benthan, equilíbrio dos poderes, regime representativo; vestida ao Brasil como teria sido vestida à Espanha, à Itália, ou mesmo ao Japão. Na prática, foi a continuação do regime colonial, sem metrópole, isto é, com a metrópole de D. João VI – filhos e netos, no Rio de Janeiro,

ornada com um parlamento. Mal satisfeitos os povos, fez-se a propaganda republicana, e como todos sentissem esta impressão, de que um dos males essenciais do país era a falta de autonomia de cada região (num tão vasto território) para prover as suas necessidades próprias; como sentissem que esse exagero de centralização administrativa era apenas, e precisamente, uma sobrevivência do estado colonial, perpetuado na monarquia – como sentissem essas coisas, se bem que vagamente, fez-se a propaganda federalista, ou, melhor, a propaganda anticoncentralizadora... Veio a República, e, quando a proclamaram, já foi – a República Federativa dos ESTADOS UNIDOS do Brasil. Aboliu-se a centralização, adaptou-se o federalismo, pediu-se uma Constituição... Uma Constituição para o Brasil não centralizado?... Está achada: abre-se a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, e a Constituição da Suíça, e algumas páginas da Constituição Argentina; corta daqui, tira daí, copia dacolá, cosem-se disposições de uma, de outra, e de outra, alteram-se alguns epítetos, pregam-se os nomes próprios, tempera-se o todo com um molho positivístico, e temos uma Constituição para a República do Brasil – federativa e presidencial, Constituição na qual só não entraram a história, as necessidades do Brasil.” (BOMFIM, pp. 127-128, 2008).

A nossa primeira Constituinte enquanto país independente, inclusive, foi dissolvida pelo arbítrio e coerção do imperador. Todos os ecos dos movimentos independentistas, das pautas liberais e dos setores mais progressistas foram interrompidos pelo brado autoritário de Pedro I. Vem daí uma longa tradição de Constituições descoladas da realidade da nação e incapazes de pôr em funcionamento aquilo que anunciam para a sociedade brasileira.

“O príncipe, inventado ontem para fundador da pátria brasileira, dissolve o parlamento constituinte, chefia a reação contra os brasileiros, confiantes e simplórios, que na véspera o aclamavam de coração aberto. Há uma verdadeira fúria contra a nacionalidade que se quer constituir; foi o jubileu dos refratários. Então – era fatal – a luta se acendeu entre os dois partidos, como devera ter sido antes da independência, se tivesse havido ‘independência’. Finalmente, a nacionalidade se impôs, o monarca foi obrigado a abdicar; foi para a sua pátria, deixando aqui o filho – deixando ainda aqui a monarquia... Mais uma revolução frustrada.” (BOMFIM, p. 222, 2008).

Para Bomfim, a distância entre Estado e sociedade na história brasileira remete à formação colonial. A relação de espoliação entre metrópole e colônia não suscitou, pelo menos por quase três séculos, quaisquer esforços de reestruturação e modernização das instâncias produtivas e societárias coloniais, com exceção, no fim do século XVIII, as Reformas de Pombal. O Tribunal da Inquisição do Santo Ofício operou como meio de ascensão social entre as camadas médias do Brasil colônia<sup>24</sup>. A incorporação de civis ao quadro do tribunal transformou-se em um tipo de marcador social muito almejado no mundo colonial. O distanciamento das classes dirigentes com o que se formou como povo brasileiro é reflexo das relações econômicas exploradoras empreendidas no país, o Clero e a Coroa, em nossa história, atuaram como estratos de conservação de privilégios e alvos de mobilidade social. Essa relação consolidou-se nas nações sul-americanas, onde o Estado e as instâncias clericais serviram de trampolim aos interesses egoístas e espúrios das classes emergentes que, paulatinamente, também ascenderam politicamente como classes dirigentes.

“Eis o Estado: uma realidade à parte, em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses. As autoridades sentem que têm uma razão de existir fora da vida normal do país, pois que elas encarnam um organismo que tem existência e faculdades próprias; e fazem valer as suas prerrogativas, defendem-nas, tratam naturalmente de fortalecê-las... Apesar disto, mesmo formando uma realidade à parte, o Estado poderia aproximar-se da nação, se o regime seguido se inspirasse efetivamente nos interesses e necessidades naturais do país; mas, não: as autoridades só viam os interesses da metrópole, e estes eram justamente contrários aos da colônia.” (BOMFIM, p. 144, 2008).

A distância do Estado em relação ao povo revela não somente o caráter das classes dirigentes, mas também a causa das revoluções. Manoel Bomfim reconhece a legitimidade da revolta popular contra o Estado que apresenta-se

---

<sup>24</sup> Em um levantamento histórico recente encontrou-se o número aproximado de dois mil agentes civis do Tribunal do Santo ofício atuando no Brasil ao longo do século XVIII. Ver: RODRIGUES, Aldair Carlos. Poder eclesiástico e inquisição no século XVIII luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social. 2012. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD) São Paulo.



na forma opressora e tirânica, como mero instrumento de conservação dos interesses da classe dominante. A preparação do povo para a vida civil é outro aspecto negligenciado historicamente pelos governantes, em especial no Brasil. A premência da educação política para a vida civil relaciona-se, não somente à eficácia do Estado em materializar seus preceitos formais, positivados em lei, como também à capacidade popular de tomar as rédeas de sua história, e construir um regime político afinado aos interesses da maioria. Democracia e instrução são elementos que caminham juntos no ideário de Bomfim e também são condições *sine qua non* para a ruptura e a revolução necessária dentro de seu projeto emancipatório.

“E como não ser assim, aqui, se em outros países onde as transformações de regime foram mais radicais, o mesmo conceito se mantém?!... Homens e fórmulas vão passando sem que a tradição se altere; contra ela nada podem as revoluções. Mudem os nomes aos cargos, suprimam estes, criem outros – que os indivíduos chamados a ocupá-los, uma vez ali, logo se acomodarão à feição clássica do Estado, e imediatamente o considerarão como uma entidade à parte, com interesses seus, obrigado, apenas, a tratar da sua própria conservação. Esta noção, errônea e perniciosa como é, não depende das leis nem do regime, e sim da educação política. Para destruí-la é preciso uma propaganda aturada, propositalmente dirigida neste sentido; é preciso muito esforço e boa vontade da parte dos governantes, para dominarem as naturais tendências a ver no exercício da autoridade o gozo do mando; é preciso que eles saibam conter-se, e ditem de educar-se e educar todas as classes, de modo a que se convençam, uns e outros, de que o Estado só tem uma razão de ser: representar e defender os interesses gerais das populações, não tendo outros interesses que não os interesses comuns da sociedade, e o seu bem-estar. Essa concepção arcaica e tirânica do Estado é que justifica campanha libertária que muitos espíritos generosos prosseguem nesta hora contra ele.” (BOMFIM, pp. 146-147, 2008).

A mesma lógica sorrateira, parasita e usufrutuária transmigra de hospedeiro, inicialmente a colônia tendo a metrópole por parasita, em seguida o braço escravo servindo e sustentando as benesses parasitárias da classe senhorial e, por fim, o Estado sendo fonte e seiva da sobrevivência das oligarquias parasitas. A transição de regime não expurga a lógica do parasitismo

social. Na República, os dispositivos constitucionais de 1891 reproduzem a desigualdade social e política, negando a cidadania às mulheres e aos analfabetos, consequentemente em sua maioria negros, agora ex-escravos, homens livres. A supressão da lógica parasita envolve transformar o sistema pela inclusão democrática, a resposta à exclusão produzida no próprio seio da República deve começar pela alfabetização ampla da população brasileira.

“Tal é a essência do regime – um órgão governamental em nome da maioria. Não sendo assim, não concorrendo a maioria das vontades para instituir os poderes públicos, está falseado o sistema. Ao mesmo tempo, compreendendo, e compreendendo muito bem, que, hoje, o indivíduo analfabeto não é um cidadão completo, e que, numa democracia, todo cidadão deve conhecer os seus direitos e deveres – compreendendo isto, a Constituição republicana estabelece que ‘só serão eleitores os indivíduos que souberem ler e escrever’. No entanto, ocorre que, no país, apenas 10% dos cidadãos sabem ler e escrever, e vem dali que, mesmo quando as eleições fossem puríssimas, ainda assim, o regime estaria falseado – porque apenas 10% dos cidadãos iriam às urnas. Em hipótese nenhuma, seria uma República democrática, pois que o governo representa a vontade de uma minoria insignificante, e o sufrágio universal – uma burla, visto a ignorância absoluta das massas. Dado isto, qual o dever do Estado-República? Mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabetos. Bem, há treze anos que existe a República, e, em todo esse tempo, nenhuma voz reclamou contra este absurdo, ninguém se ocupa do assunto.” (BOMFIM, pp. 156 – 157, 2008).

Um aspecto importante destacado por Manoel Bomfim é a natureza das primeiras revoltas americanas. Geralmente partiam da insatisfação de colonos com a exploração metropolitana na forma de tributos excessivos. A insaciedade de intermediários, dos quadros coloniais da corte, e a parte cobrada pela metrópole induziram a uma série de revoltas que, na visão de Bomfim, funcionavam como meio de negociação política entre colônia e metrópole. Os levantes funcionavam como meio de efetivar, mesmo que parcialmente, interesses da colônia perante o arbítrio estatal despendido pela metrópole em momentos de riscos à estabilidade da dominação colonial.

“Contam-se centenas dessas revoltas contra as autoridades da metrópole, e revoluções bem terríveis. E já não era só contra o

‘poder’ que os espoliados se rebelavam – era também contra os conluíus de intermediários, privilegiados, aventureiros e exploradores, que a metrópole para aqui despejava, e aqui mantinha, e cujos interesses se confundiam com os do Estado. (...) E foi assim que se gerou entre os povos das colônias e os das metrópoles essa rivalidade, que em breve se converteu em profunda aversão... Deste modo, as revoltas adquiriam esse caráter de utilidade prática, que as fazia repetirem-se amiudadamente. (...) Era o único recurso de que as populações oprimidas dispunham para obter, do Estado absoluto e vexatório, um pouco de justiça, a supressão de uma tirania ou extorsão. ... O levante é o remédio usual, e único eficaz.” (BOMFIM, pp. 160 – 161, 2008).

O costume das populações sul-americanas se revoltarem contra o Estado, a falta de sentido, organização e reconhecimento de uma esfera pública constituem, na visão de Bomfim, um sintoma da distância entre Estado e sociedade e insuficiente educação política e promoção da cidadania, historicamente. As revoluções violentas, o desrespeito à ordem legal e a desconfiança em relação às ações estatais são consequências da formação social. Lutas constantes entre invasores e indígenas, senhores e escravos, colônia e metrópole, colonos entre si, piratas e colonos formaram um espírito belicoso nos povos latino-americanos. A revolta contra o Estado constitui costume e cultura política, a revolta contra a autoridade pública representa o processo normal para reclamar justiça (BOMFIM, 2008). A ignorância, a falta de educação para o trabalho e a prática da escravidão conformam não somente a cultura com a coisa pública, mas também a forma própria de lidar com a autoridade instituída. Os conflitos entre Estado e povo sugere a necessidade da incorporação popular nas esferas de poder a partir da promoção da cidadania, realidade muito distante nessas sociedades essencialmente oligárquicas.

“Eis, em síntese, as relações do povo com o Estado: pagar tributos, ser oprimido, desrespeitá-lo, revoltar-se quando as iniquidades eram excessivas. Educadas neste regime, as sociedades americanas não se podiam transformar, de um dia para outro, em modelos de ordem e de liberdade política, principalmente porque as causas das desordens subsistiam em grande parte; os motivos de prevenção e má vontade contra o Estado não desapareceram, como não desapareceu o desamor pelas coisas públicas. Este desamor está nas tradições dos povos sul-americanos.” (BOMFIM, p. 162, 2008).

De forma esquemática, Manoel Bomfim analisa o processo revolucionário em momentos e interações entre os grupos políticos envolvidos nesse tipo de evento. O insucesso das pretensões emancipatórias originais contidas nos propósitos das revoluções deve-se à ignorância política geral das populações sul-americanas e sua conformação societária *sui generis*. A tendência das camadas sociais médias em aderir aos processos de transformação política como maneira de acompanhar o jogo e salvaguardar seus privilégios já foi comentada. Entretanto, o processo de declínio político e econômico, próprio das nações peninsulares quando dos movimentos de independência, deve ser também considerado. A independência das nações sul-americanas traz em seu bojo o elemento conservador e reacionário, que tende a sufocar as pretensões mais libertadoras e as reformas mais substanciais das sociedades. Na visão do autor, a permanência do parasitismo social nas estruturas de poder dessas sociedades, em tese emancipadas, é uma reminiscência da metrópole inscrito na mentalidade dos dirigentes das nações neolatinas.

“Assim, repassando-se os fatos e a história da independência nas colônias latinas da América, se vê que ela se divide bem em dois períodos: 1) resistência violenta dos refratários à idéia emancipadora; 2) transigência dos mesmos, sua adesão aos movimentos. Em nenhum país estas duas fases se acusam melhor do que no Brasil. Em 1789-92 esqueteja-se a Conjuração Mineira; em 1817, os independentes de Pernambuco são combatidos, vencidos e executados implacavelmente; em 1822, a independência é proclamada pelo próprio futuro rei de Portugal. (...) É fato constante, em todas as revoluções onde a luta se prolonga, que o empenho dos revolucionários em não se mostrarem tirânicos, e o desaparecimento, na luta, dos mais exaltados e intransigentes, acabam, geralmente, colocando a sorte da contenda nas mãos desses moderados, neutros e conservadores. Estas gentes, por isso mesmo que são moderadas e pacíficas, não entram na peleja, não são consumidas pela luta, e, no momento propício, aparecem, fortes pelo anquilamento dos outros, oferecendo-se ‘para resolver a questão por um meio-termo’ – uma dessas soluções equívocas que não satisfazem a nenhum dos grupos extremados, mas das quais os moderados e conservadores sabem servir-se superiormente, para garantir os seus interesses e manter as coisas na mesma situação.” (BOMFIM, pp. 169 – 172, 2008).

Os períodos de resistência e transigência descritos no esquema de Bomfim para interpretar o caráter das independências sul-americanas também são vistos nas ações emancipadoras de Bernardo O’ Higgins e San Martín no processo independentista do Chile. O autor não poupa críticas a esses personagens e identifica uma tendência conservadora atinente às dinâmicas do poder e suscetível às pressões de classes sociais a ele ligadas. Aos poucos, os radicais são abandonados e o movimento revolucionário arrefece em tradicionais práticas políticas de dominação, inscritas nas estruturas de poder sedimentadas na história dos povos latino-americanos.

“Faz-se assim a independência, e o governo vem cair nas mãos de O’Higgins, o mesmo que, três anos antes, ‘reconhecia a soberania da Espanha’. No poder, ele ‘não se mostrou preocupado com a organização constitucional da República; e isso desgostava a muitos patriotas. (...) Com esses republicanos, enterravam-se ali as idéias de igualdade e justiça social. De San Martín, o grande diretor e inspirador de todo o movimento separatista, desde o Prata ao Alto Peru, diziam os cronistas que o seu intuito era ‘implantar nos países emancipados as mesmas instituições da metrópole’. Haverá dúvidas a esse respeito, mas não as há quanto ao seu proceder no Peru, logo que se viu chefe do governo: procurou tranquilizar os ânimos, inspirando confiança a todos. Só não o inspirava, agora, aos republicanos. ‘Com a sua política moderada, o protetor do Peru alienava de si a simpatia e popularidade de que gozava entre os independentes mais exaltados, que lhe censuravam abertamente a transigência inexplicável com certos inimigos da véspera’. Afastando-se assim dos radicais e verdadeiros republicanos, esses chefes iam fatalmente entregar-se aos reacionários, e foram estes que dominaram por toda parte, logo depois da independência. Nasceu daí a confusão geral contra o progresso; os equívocos sociais de que sofremos não têm outra origem, e deles derivam todos os preconceitos onde se perdem os nossos governantes e conselheiros. (BOMFIM, pp. 173-174, 2008).

Outro caso trazido à baila por Bomfim refere-se ao processo de independência do México. Nesse evento, o autor vê os clamores independentistas como reação aos ventos revolucionários soprados da Europa, um artifício da dominação de classe que oprimiu o elemento rebelde local com o sufocamento das aspirações libertárias coloniais. Para fundamentar sua tese, Manoel Bomfim mobiliza um trecho elucidativo do livro *História da América*

(1900) de Rocha Pombo que ilustra perfeitamente a instrumentalização da independência pelos conservadores a partir do caso mexicano.

“Os elementos que durante mais de 20 anos se tinham insurgido contra a metrópole representavam naquele inditoso país as classes exploradas. Quantos se achavam no gozo dos privilégios – funcionários de toda ordem e grandes especuladores – levantaram-se furiosos contra um movimento, cujo intuito era melhorar as condições sociais do povo com prejuízo das classes privilegiadas. Não havia, portanto, no México, realistas contra republicanos, mas apenas uma classe de homens que tinham interesse em manter o regime colonial contra outra classe que aspirava libertar-se dos horrores desse regime. Mas, quanto mais empenhados andavam os realistas em sufocar os últimos anseios da revolução, eis que da própria metrópole os ameaçava o sentimento liberal que agitava a Europa. Havia-se restabelecido na Espanha a Constituição de 1812... e isto vinha alarmar na América os que viviam do privilégio e da tirania. E então começam os realistas do México a conspirar contra a Espanha, compreendendo que a separação era o único expediente a tomar para conservar o regime que a metrópole se dispunha a modificar. O próprio vice-rei, Apodaca, pôs-se à frente da conspiração. Mas isto não era nada ainda: o próprio rei, que a jurara, era contra a Constituição... e escrevia ao vice-rei que os liberais espanhóis pensavam em decapitá-lo, e que estava pronto a trasladar-se com a sua corte para o México. Em tais condições, pois, tomaram os realistas, com o vice-rei, e, pode-se dizer, com o próprio rei à testa, o partido da independência” (ROCHA POMBO, p. 252, 1900. apud BOMFIM, p. 175, 2008).

Em *América Latina* prevalece o tom pessimista de Manoel Bomfim, dada a constatação da contrarrevolução como prática recorrente na história latino-americana. Embora o autor trace algumas vias para a construção de uma sociedade democrática, a defesa da revolução popular é produto da maturação de seu pensamento ao longo de suas obras. Em *O Brasil na América*, boa parte das reflexões da revolução de *América Latina* permanecem no pano de fundo da interpretação de Bomfim. Em suas duas últimas obras, *O Brasil na História* e, sobretudo, *O Brasil Nação*, Manoel Bomfim advoga explicitamente a revolução brasileira, identificando, analisando e criticando os principais momentos de ruptura na história do país. Manoel Bomfim empreende uma verdadeira “anamnese das revoluções” brasileiras, apontando inconsistências e indicando condições para a realização de um verdadeiro momento emancipatório na vida civil da nação.

“A razão principal de tudo isto é que bem poucos são os que pensaram e quiseram realizar a República, e tornar efetiva a revolução – por um programa de reformas práticas e eficazes; são bem poucos, mesmo, os que acreditam na superioridade do regime: ‘A forma de governo é indiferente ao progresso’, é o lema da quase generalidade dos condutores desta democracia. Deste modo, não é de estranhar que ela dê os resultados que tem dado. O homem precisa crer na excelência da obra a que se propõe e a que se dedica, precisa confiar na vantagem e na eficácia dos seus esforços. A República só poderia ser realizada e produzir bons resultados, quando dirigida e guiada pelos que a querem como indispensável para a conquista de um ideal superior – pelos republicanos de fé. Assim não é no Brasil, e, na aparência, a situação do país piorou, o que é fatal em todas essas crises políticas e sociais que se resolvem pela reconstituição das oligarquias viciadas. O certo é que a revolução última no Brasil fracassou, e, hoje, República e republicanos desaparecem nesta coisa triste que aí vemos: um ajuntamento que passa desordenado, como uma caravana a que se encostam todas as ambições e interesses, e onde mais gritam e se impõem esses mesmos que, ontem, guerreavam sem mercê cada um dos ideais republicanos, esses que, ainda hoje, se envergonham do nome ‘República’ – que eles não mudaram o sentir, e são tão incompatíveis com o seu programa como dantes o eram, quando o combatiam abertamente. É uma catedral que rasgou os umbrais, acaçapou as ogivas e fez-se abarracamento, aberto a quantos não escolhem contatos: arautos da servidão espiritual, cultores da ignorância pública, exploradores de iniquidades, sacerdotes da injustiça, pais e filhos de escândalos, liberticidas... que só têm entre si de comum a irreverência pelos escrúpulos e a perícia em farejar o vento e orientar as velas. Por fora, move-se uma geração sem ideais, ondas e povo devoradas de tristezas e misérias...” (BOMFIM, p. 224, 2008).

Em *América Latina*, contudo, o autor deixa explícito seu projeto de forjar a consciência da revolução pela difusão da educação de massas. Manoel Bomfim condena as revoltas intestinas sul-americanas, o caudilhismo e o costume sedimentado de revoltas e levantes violentos herdados do período colonial. Em sua visão, a revolução vem das letras, na medida em que atualiza e qualifica o debate da nação, aperfeiçoando os ideais, criando possibilidades normativas que superem o prosaísmo das disputas de poder recorrentes no subcontinente.

“Assim continuam as lutas, que vêm desde a independência, e são anteriores a ela; nasceram com as próprias colônias e

representam, na América do Sul, o eterno vaivém das revoluções abortadas, labor infinito das infelizes gerações que se sucedem, rolando o simbólico rochedo que as esmaga, nesses levantes sucessivos, que só as facções dominantes aproveitam – escravos, rompendo cadeias e entregando imediatamente os pulsos a novos senhores (aos mesmos senhores), para que os acorrentem de novo; lutas que são, ainda e sempre, o conflito fatal entre o espírito novo, o instinto vivaz das sociedades nascentes, contra o elemento opressor, refratário, privilegiado; conflito absorvente aqui, agressivo e brutal, e no qual se consomem todas as atividades sociais; conflito que se não resolverá por duas ou três reformas, e persistirá longos anos ainda, como persiste por toda parte, pois que são poderosíssimos os que o provocam e o entretêm. Fora preciso, ao menos, dar uma outra forma a este conflito, transformando-o de agressivo e brutal, como ele aqui se apresenta, em luta pacífica, combate de idéias e opiniões. É pela difusão da instrução, criando um meio intelectual mais largo e mais elevado, tornando possível a propaganda de cada ideal, formando novos campos de atividades, onde se desafoguem os espíritos combatentes e ardorosos – é por esse meio que se obterá a transformação dessas lutas: elevando suficientemente o nível intelectual das populações, porque não se prestam a quanto levante a caudilhagem prepara, porque não vão bestialmente atrás de todo o ambicioso que as convida para assaltar o governo, pronto a espingardeá-la depois. Enquanto não derem à massa popular essa instrução, continuando a pesar sobre as sociedades esta influência nefasta do passado, as lutas materiais persistirão, concorrendo para fazer estas nacionalidades cada vez mais infelizes. Só há paz quando um elemento consegue dominar por completo o outro.” (BOMFIM, p. 228, 2008).

Em defesa da instrução pública, Manoel Bomfim expõe a os valores do orçamento de 1903 do governo brasileiro, revelando o enorme percentual destinado ao pagamento de dívidas com o exterior e o ínfimo investimento em cultura e educação. Desde os primórdios da República, essa situação acompanha a história do Brasil. O intelectual sergipano expõe em números o destino desproporcional destinado pelo Estado brasileiro à educação.

“É espantoso, é monstruoso, que um país novo, onde toda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os seus recursos naturais não estão estudados – é monstruoso que, num tal país, para um orçamento de 300 mil contos, reservem-se 73 mil contos para a



força pública, e apenas 3.200 contos para tudo, tudo que interessa à vida intelectual – ensino, bibliotecas, museus, escolas especiais, observatórios, etc.!” (BOMFIM, p. 149, 2008)

O amadurecimento pessoal e intelectual de Manoel Bomfim mostra-se patente na publicação de *O Brasil na história: deturpação das tradições; degradação política* (1930). Bomfim tem nos seus últimos anos de vida uma profícua produção com o compromisso de escrever uma história do Brasil com o povo, a presença das insurreições populares, a crítica à historiografia *bragantista* e ao caráter das elites dirigentes brasileiras. Um ano antes de seu falecimento, o intelectual sergipano publicou *O Brasil Nação* (1931) obra em que desenvolve uma análise sistemática das revoluções no Brasil e explora a noção de *bragantismo* como marco teórico e conceitual da reprodução do conservantismo nas esferas de poder nacional.

Sua noção de evolução/progresso foge ao horizonte teleológico positivista e evolucionista e deposita no devir uma aposta para o desenvolvimento das sociedades. Em *O Brasil Nação*, no capítulo VI - *O caráter do brasileiro*, nos diz Bomfim:

“A ordem não está na *forma* definida, e que se torna sensível, senão no desenvolvimento lógico, com as séries de formas. E o mundo se aniquilaria, se, confundindo o necessário de cada momento com o necessário absoluto, conseguíssemos retê-los numa dessas formas transitórias. A ordem positiva, ostensiva, tem de ser considerada simples estágio no constante preparo das novas formas, por conseguinte, na desordem das substituições, indispensáveis na evolução da natureza e no progresso da sociedade... A vida se propaga em espasmos, como a natureza se multiplica e se dissemina em rupturas e variações.” (BOMFIM, pp. 217-218, 2013.).

Ainda em relação à noção de progresso em *O Brasil na História*, o autor descreve a classe dirigente reacionária brasileira como contrária à evolução e ignorante das dinâmicas sociais. Bomfim credita à tomada de consciência o *leitmotiv* do protagonismo popular nos rumos da história, ratificando sua postura em defesa da instrução pública como condição essencial para o progresso do Brasil.

Manoel Bomfim discute o legado da Filosofia da História em um subcapítulo dedicado à noção de progresso. Na reflexão do autor e na sua descrição histórica do conceito fica clara a ideia de progresso atrelada às noções de consciência e consciência refletida, expressões que valem como entendimento do senso de alteridade e da dimensão moral dinâmica das sociedades. Assim nos diz Bomfim:

“A necessidade de cultivar as tradições nacionais, e de inspirar-se nelas, foi uma das últimas a definir-se explicitamente na consciência. Desde sempre atenderam os povos às suas glórias históricas; mas, só nos últimos séculos, foi a história considerada como orientadora e estimulante do progresso social. O fato se manifestou com o empenho em fazer a Filosofia da História, para dela tirar inspirações de progresso – para definir o mesmo progresso cuja noção é bem recente. Parece-nos inexplicável, até que esses gregos, cujo pensamento subiu às fórmulas filosóficas em que o conhecemos, não tivessem reconhecido a marcha evolutiva das sociedades humanas! ... Tampouco o reconheceram os romanos, cuja experiência política e jurídica nos guia em tantos modos. *Evolução*, em linguagem subjetiva – para os fatos humanos - é progresso.

(...) Ora, se tanto pretende e proclama a filosofia moderna é porque reconhece e proclama a igualdade de natureza moral entre os indivíduos. Foi, essa, a grande descoberta de que decorre a própria noção de progresso. E só se fez muito tardiamente. Para reconhecer que, apesar de todas as desigualdades sociais e de aptidões, a analogia essencial nas almas, foi preciso uma longa e aturada análise íntima, profunda, para o cotejo das propriedades congêneres e das atividades análogas de indivíduo a indivíduo. Dobram-se as consciências e *refletidas*, verificaram que *somos iguais* e podemos aceitar o dever de assim viver, reconhecendo aos outros *iguais* direitos.” (BOMFIM, pp. 39-41, 2013.)

Manoel Bomfim, embora tenha tido relações com o socialismo e conhecido algumas obras de Marx e Engels (AGUIAR, 2000, p. 245), tem uma noção de progresso e de evolução fora das linhas teleológicas da Filosofia da História. Seu pensamento envolve uma consideração da agência, da consciência ativa e da finalidade prática do indivíduo enquanto membro transformador da realidade. Essa perspectiva fica clara quando o autor sergipano nega a possibilidade da revolução comunista e realça o devir e o fazer constante na transformação da realidade nacional como necessidades prementes para o Brasil. Essas noções, além de sua relação completamente avessa às especulações e à metafísica, o aproxima de pressupostos desenvolvidos pela filosofia pragmatista. O autor brasileiro, sobretudo na obra *Pensar e Dizer* –

*Estudo do Símbolo no Pensamento e na Linguagem* (1923), dialoga com os postulados de Charles Peirce na semiótica e cita diversas vezes o trabalho de William James. O último também é bastante mobilizado por Bomfim nas suas obras educacionais. Uma investigação aprofundada do pragmatismo no horizonte intelectual de Manoel Bomfim é um ponto importante a ser explorado. Além de ser uma abordagem pouco usual nas Ciências Sociais, pode revelar aspectos filosóficos próprios que fundamentam boa parte de suas reflexões políticas. O autor mobilizou e citou os pragmatistas principalmente pelos estudos que empreendeu nos campos da Educação e da Psicologia.

Em *O Brasil Nação* (1931), o autor dedica um capítulo às revoluções brasileiras que, no seu entendimento, concentram-se na Independência, na Queda do Primeiro Império, na Abolição e na República. Em relação à República, Manoel Bomfim dedica outro capítulo analisando sua relação com o movimento abolicionista, a propaganda republicana, o envolvimento militar na proclamação, o positivismo e o antirrepublicanismo brasileiro.

O Romantismo brasileiro, na visão de Bomfim, é o grande depositário da alma nacional e representante do espírito verdadeiramente revolucionário brasileiro. Cantar o índio em oposição ao português, suspirar em versos de inconformidade com a realidade das coisas, esse saudosismo do passado, essa inadaptação à conformidade do Império, a inconformidade com as injustiças, tudo isso é identificado como substância intelectual revolucionária. Reconhece na obra e na vida de poetas como Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e Castro Alves a mentalidade revolucionária própria ao Brasil.

“Por isso, todos esses líricos, independentemente de motivos pessoais, são almas em desacordo com o mundo político onde vivem, em permanente protesto contra a ambiência mental e às fórmulas dos dirigentes. No entanto, foram, todos eles, grandes patriotas, a recriarem a alma nacional; mas, ao mesmo tempo, só tiveram vozes de protesto, ou de lamento. Viveram pouco, viveram fulminantemente, para mais acentuar-se o contraste: radiação de vida, na caligem do imperialismo antiamericano e escravocrata. Tiveram que ser, então, revolucionários. Aliás, no Brasil bragantino (e mesmo hoje), o nacionalista tinha que ser – radical, revolucionário, pois o essencial na realização da liberdade e da justiça, era conquistar, para suas tradições a esta pátria enleada, dominada, sugada, corrompida, pela mercância

de além-mar. E forma revolucionários ainda porque alteando as vozes em discordâncias com as fórmulas correntes, eles abalaram valores sociais e políticos, destruíram prestígios e tornaram possível aquilo mesmo que os revolucionários de 1824-1832 não puderam conseguir.” (BOMFIM, pp. 40-410, 1998).

As quatro grandes revoluções brasileiras destacadas por Manoel Bomfim carregam aspectos homólogos. Todo o processo de apropriação do movimento revolucionário, o momento de transigência e sufocamento operado pelas classes dirigentes, já descrito pelo autor em *América Latina*, se faz presente também na maneira de interpretar esses eventos brasileiros.

“Não será preciso refazer a história, para repetir a demonstração – de como se anularam as duas primeiras dessas revoluções: a carência de 1822 determinou a revolução de 7 de Abril, como o falseamento da Abdicação produziu todo o subsequente mal-estar, até as crises de 1842-48, e a definitiva deturpação do regime tentado, para que se repetisse em 1889, em forma republicana, o ensaio de 1832. Tudo isto proveio de que a reação, fatal, inevitável, já se deu dentro da realização revolucionária. Como sucede sempre que o corpo dos dirigentes – viciados, responsáveis pelos próprios males anteriores, vem incluir-se entre os revolucionários, esses dirigentes, já situados e senhores do mecanismo governamental, acabam assenhorando-se das posições, escamoteando a revolução, deturpando-a no vivo do programa, tirando-a nos intuitos reais. É a reação mais eficaz, quer venha em nome de **moderados**, quer no de **adesistas**... É o inevitável malogro das revoluções incruentas...” (BOMFIM, 1998, p. 426, [grifos do autor].)

Em nossas revoluções, embora Manoel Bomfim destaque a profundidade e o aspecto genuinamente revolucionário presente no abolicionismo, as reformas originárias acabaram sendo subsumidas pela pauta *conservantista* impregnada nas engrenagens estatais e na vida política da nação. A sociedade brasileira é vista pelo autor como incapacitada de avançar revoluções completas, de aprofundar as transformações sociais, políticas e econômicas ensejadas em momentos de insurreição. O mundo do trabalho, as relações de exploração, a proteção trabalhista legal, a incorporação civil do alforriado, a instrução para o trabalho e para a cidadania, nenhuma dessas instâncias, relações e direitos sofreram impacto imediato com a assinatura, por exemplo, da Lei Áurea. As

condições estruturais que a República ofereceria a partir de 1889, a curto e médio prazo, não condiziam com seu arcabouço normativo, nem com suas pretensões modernizantes.

“Das suas últimas revoluções brasileiras, tem lugar à parte, em efeitos especiais, a da Abolição. A par de aspectos políticos, primando sobre eles, esse movimento trazia motivos sociais bem patentes, um dos quais, mais saliente, imediato – a eliminação da escravidão legal, não podia ser iludida, pois nisto se exprimia a própria vitória da revolução. No mais, a mesma Abolição falhou, tanto nas suas exigências políticas, como nos outros motivos sociais. Seria consequência lógica do abolicionismo vitorioso: a organização do trabalho inteligente e livre; preparo do trabalhador, completado na sua educação política; leis sociais – da proteção do operariado contra a exploração dos patrões; o seu direito de organização sindical e greve; a garantia de boa higiene – no esforço e na disposição de locais, organização de seguros – acidente e velhice... o indispensável, em suma, para que o proletário não seja a exploração cruel dos que realmente trabalham. Nada disto se fez; aboliu-se legalmente o cativo, para que os cativos de ontem, e todos os proletários, ficassem à mercê da ganância patronal, economicamente mais escravos hoje do que eram antes. Não se pedia que o abolicionismo resolvesse a inteira questão social; mas, para que a vitória de 13 de Maio fosse a redenção efetiva do trabalho, havia que remir efetivamente o trabalhador. Como, no entanto, se continuaram os mesmos dirigentes – que não haviam sabido achar a solução do **problema servil**, e tornaram, com isto, indispensável o desfecho revolucionário? ... É este o aspecto político da questão: 13 de Maio tinha que falhar politicamente, como todas as revoluções brasileiras, e a sua carência política determinou a sua nulidade em todos os consequentes efeitos sociais.” (BOMFIM, 1998, p. 427, [grifo do autor]).

Na esteira da luta contra a escravidão, a Insurreição Pernambucana de 1817 é um evento aclamado na obra de Manoel Bomfim. Os ideais abolicionistas difundidos pelo movimento sobressaem-se nos escritos do intelectual sergipano e até mesmo a dedicatória de *O Brasil na História* é aos “heróis e mártires de 6 de Março de 1817”; conforme Bomfim uma “homenagem brasileira e livre”. Considerada como a “revolução essencialmente brasileira”, a revolução de dezessete é tida pelo autor como epítome dos esforços populares para a emancipação do Brasil.

“Mesmo perdendo, os homens que se levantaram em Pernambuco definem-se como apóstolos e heróis (...) são figuras para o culto de uma pátria. O sacrifício de todos aqueles grandes brasileiros foi, certamente, o golpe mais forte e mais doloroso, para a nação que devia nascer ali mesmo. (...) Nem é possível compreender a monstruosidade de um Brasil que se emancipa com a *Independência de 7 de Setembro*, sem buscar referências na revolução essencialmente brasileira, de *dezesete*, e cujas energias foram abatidas pelos sicários dos Bragança.” (BOMFIM, p.363, 2013.).

A Proclamação da República é uma ruptura com o passado, uma mudança na forma de governo que, embora esteja no quadro das grandes revoluções brasileiras pintadas por Bomfim, apresenta a configuração *sui generis* de conservar privilégios sociais. O primeiro aspecto observado pelo autor é a República como desdobramento da Abolição. O abolicionismo criou um clima político irreversível que desnudou o Império, mostrando seu caráter escravocrata. A aceitação da Lei Áurea foi um atestado do declínio e fim do regime imperial.

“ Nem outra significação se pode dar àqueles sucessos. Depois da legislação iníqua e falha de 1871, em seguida à resistência cega de 1879-97, aceitar, de tal modo, a abolição completa da escravidão, equivaleu, para o Império, o reconhecer a sua política anterior como – injusta, impatriótica, cruel, criminosa, e, sobretudo, incapaz de atender às legítimas necessidades do país...” (BOMFIM, p. 475, 1998.).

A República carrega os traços da “política bragantina”. Seguindo o *modus operandi* do conservantismo, ou seja, do *bragantismo*, os dirigentes que alternaram-se no poder, após os militares, são produtos da aliança das oligarquias mais reacionárias que o país possuía.

Os sentidos que Manoel Bomfim atribui às grandes revoluções brasileiras concentram-se na expressão “incruentas e falhas”. O Brasil é um país “por fazer” e a revolução “por fazer” consiste na superação da política parasitária implantada, através do que Bomfim compreende como “aprimoramento das

gentes”. Defensor de um projeto de educação pública ampla, no sentido de forjar o caráter dos cidadãos e multiplicar a verdadeira alma nacional, o sociólogo sergipano vislumbrou nesse caminho o horizonte da revolução brasileira. Uma nação livre do caudilhismo e da belicosidade intestina, causada pelos processos de exploração próprios da colônia. Uma revolução com preparo, de sólido ideário e firme de propósitos, que somente um povo instruído e consciente poderá empreender.

A condição colonial é essencial para pensar o Brasil, em sua formação social e em sua modernização. A partir dos conceitos parasitismo social e bragantismo, Bomfim constrói umnexo causal e histórico e uma chave interpretativa para a dicotomia modernização/atraso brasileiro. A tradição política herdada pela classe dirigente nacional remete ao processo decadente da casa de Bragança e seu aspecto espoliador do Estado brasileiro. A revolução como via de construção de uma democracia radical, como ruptura à tradição explicada pelo parasitismo social e pelo bragantismo é crucial no pensamento de Bomfim. A educação pública como elemento de conscientização e formação para a cidadania é o instrumento eleito pelo autor para a construção de uma nacionalidade genuinamente brasileira.

No Brasil, o imperativo econômico valeu-se da Abolição para o desenvolvimento de estruturas modernas capitalistas. As oligarquias rurais de então se apoiavam sobre o braço escravo e sobre os beneplácitos do Império. Face à incipiência da indústria e à iminência da República, esses oligarcas “migraram” de hospedeiro passando a “parasitar” o Estado. O Estado, posteriormente, foi parasitado pelos interesses do capital estrangeiro e das grandes empresas:

“Somos um dos países de escolha do capital cosmopolita, o mais implacável, aqui desinteressado de tudo que não seja a crua espoliação, no caso, mais privilegiado que o capital nacional de qualquer dos pujantes e infelizes povos ricos. Convencidos de uma só superioridade – a riqueza e grandeza material – ansiosos de fartas receitas, que formam o seu usufruto, os nossos dirigentes fazem todas as facilidades ao capital estrangeiro, que seja francamente o senhor, contanto que venha; e não tenha cerimônias, nem hesite na espoliação e no domínio, ainda que, finalmente, venha constituir-se dreno de toda a economia nacional, um Estado no Estado, em incontrastável tirania. (...)E aí estão as arquipotentes, como arqui-sugadoras, empresas estrangeiras, a quem forma

deixados os mais importantes e rendosos serviços públicos municipais dos principais centros urbanos do país – Rio e São Paulo. De fato, Bond and Chair, Light and Power, são senhoras incontrastáveis da parte mais povoada, mais rica do Brasil. A receita das duas é mais forte que a do Estado – União. Força, luz, transporte, gás, águas... tudo está nas suas gavetas. É bem de ver que tal desenfreio de exploração não seria possível se as poderosas empresas não conhecessem os meios próprios a obter que os nossos dirigentes não lhe contivessem a ganância, e se os não empregassem bem a propósito. Quem poderá dizer quantos aparentados de políticos prestigiosos são nominalmente empregados da *Light?* ... e da *Bond and Chair?* (BOMFIM, M. 1993)

Além das críticas às práticas políticas oligárquicas, a questão agrária foi também trabalhada pelo autor. Tanto em *América Latina: males de origem*, quanto em *O Brasil Nação* (1931), Manoel Bomfim defende um programa econômico contemplador do potencial agrícola brasileiro e do crescimento das exportações. Adepto das políticas de reforma agrária abrangentes, Manoel Bomfim foi um dos precursores da crítica ao latifúndio no Brasil. Sob o regime da mão-de-obra livre, o negro perdeu seu posto para o imigrante. Despreparados para a vida republicana e para um sistema econômico que exigia o trabalho especializado – à medida que a industrialização dava seus primeiros passos – o ex-escravo, junto ao pequeno produtor interiorano e ao sertanejo são genuínos representantes da massa excluída do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A educação, *instrução pública* nos termos de Bomfim, como possibilidade de fomentar a inclusão econômica, a formação para as novas modalidades de trabalho e para a vida civil era muito restrita, com parca difusão e pouco interesse do Estado brasileiro em promove-la.

Os atos reformistas empreendidos, no Brasil, servem como meros fatos reprodutores do *status quo*. As classes dirigentes, parasitas do Estado e tapumes do capital, não fizeram quaisquer esforços para incluir a população no desenvolvimento do país, tampouco atuaram na construção da democracia. São rapaces, agentes da rapinagem do Estado que nunca vislumbraram os trabalhadores como seus concidadãos. Nesse sentido, Bomfim atrela a emancipação à ruptura:



“(...) Ora, os longos desenvolvimentos, que se estendem pelos três espessos volumes desta obra, trazem como intuito explícito e lógico chegar a esta conclusão: **o remédio para o caso brasileiro está na revolução...**”. (BOMFIM, M, 1998, grifo do autor)

O caráter revolucionário do pensamento de Manoel Bomfim revela-se como um desdobramento da interpretação do atraso do Brasil e da América Latina. Manoel Bomfim condenou os incansáveis processos de submissão e exploração colonial, apontou as mazelas de uma sociedade profundamente hierarquizada e contaminada com os mesmos valores vis do parasitismo originário da colonização, alertou para a transposição do parasitismo para o âmbito estatal e para os riscos das relações de exploração do capital internacional sobre as nações latino-americanas e as ameaças do imperialismo estadunidense a partir de sua posição na geopolítica do nascente século XX e pelo protetorado preconizado pela Doutrina Monroe. Manoel Bomfim sonhou com uma América Latina livre e soberana, lutando politicamente por uma democracia radical, intelectualmente contra a miopia eurocêntrica e pela educação das massas como meio de emancipação das sociedades sul-americanas.

Já no fim de sua vida e na maturidade do pensamento o autor torna-se entusiasta da Revolução Mexicana (MATOS, 2015, pp.41-66) pelo lado de Emiliano Zapata e Pancho Villa, enxergando semelhanças com o Brasil a partir da formação social colonial, dos aspectos geográficos e societários.

O desenvolvimento do pensamento de Manoel Bomfim culmina na defesa de uma revolução inevitável para a “salvação” do Brasil. As condições que levam a essa inevitabilidade são descritas pelo autor com objetividade nos últimos capítulos de sua última obra. As conclusões do autor suscitam à reflexão da história do Brasil, à compreensão de sua simpatia pelas revoltas nativas ocorridas na colônia e no império e de seu desprezo pelas classes dirigentes. Por fim, o pensamento de Bomfim lança luz sobre as consequências históricas, políticas e civilizacionais decorrentes da negligência com a instrução do povo brasileiro.

Manoel Bomfim destacou as particularidades do Brasil em relação ao ocidente e compreendeu que nas nações desenvolvidas há um maior preparo das massas, há um desenvolvimento industrial e uma classe trabalhadora organizada. Dessas condições, o autor concluiu que nessas nações o modelo de revolução caminha fatalmente para o comunismo. Para nossa realidade, nenhuma das condições da revolução marxista se apresentavam, fato que nos afastou desse modelo.

“De socialização rudimentar através de instituições políticas secularmente falsificadas, concretamente atrasado, o Brasil não pode contar com a imediata solução comunista. (...) O proletariado brasileiro mal se define como classe, tanto se continua nele o escravo de ontem, espoliado de tudo, sem hábito, sequer, de levantar os olhos.” (BOMFIM, 1998, p. 675)

Apesar da distância dos grandes modelos e das especificidades sociais, a revolução brasileira, para Manoel Bomfim, é inevitável. O desenrolar de seu raciocínio avança em três conclusões: em primeiro lugar, a revolução não virá “de cima”, o que ratifica sua tese do conservantismo ligado às classes dirigentes e, em segundo lugar, nem a instrução do povo será feita sob essas circunstâncias. O autor antecipa o processo revolucionário à universalização da educação, em função da ingerência e do desinteresse dos governantes em “educar e promover a cultura da massa popular” (BOMFIM, 1998). Após 41 anos de vida republicana, de luta parlamentar e de vida pública dedicada à educação, Manoel Bomfim concluiu com a história que ao povo brasileiro o direito à formação e à cidadania serão concretizados apenas pela via revolucionária. Por fim, o autor reconheceu a ausência de uma tradição nacional ligada à nossa classe dirigente, como são, por exemplo, as tradições nacionais de países europeus que cultivam glórias guerreiras, conquistas e sua organização política eficiente. Nesses casos, a classe dirigente é uma parte importante da formação e da história nacional. Representam a oposição às reformas sociais. Nessas nações há o que conservar, enquanto “no nosso Brasil, os dirigentes correspondem, apenas, à mísera insuficiência em que continuam, e que não poderia ser parte essencial da nação” (BOMFIM, 1998, pp. 672 – 673). Essa última condição revela o caráter premente e inevitável da revolução brasileira, no encadeamento das ideias de Manoel Bomfim:

“Tudo que há são esboços (...) Todo o argumento até aqui – **Brasil na história, Brasil nação**, e que é a esperar – venha de cima obra salvadora. A revolução tem de ser inicialmente contra a classe dirigente, fator constante de nossas desgraças. Sem poder contar que o conduzam à forma política e social conveniente; não devendo adiar a solução, pois o mundo transbordaria sobre nós: é o próprio povo que, pelo seu pé, tem de sair, aproveitando a porta que a história lhe fez.” (BOMFIM, 1998, p. 673, grifos do autor)

Além da reação à classe dirigente, Bomfim desenvolve a noção de classe dominante e de dominação capitalista no seu pensamento da revolução. Em 1931 o autor brasileiro já destacava a submissão dos Estados ao capital e tecia críticas às relações imperialistas lastreadas pelo regime capitalista:

“(...) é o capital que, em todos os grandes povos faz a distinção de classes e nos povos coloniais tudo empenha para mantê-los sem capacidade de afirmação nacional.” (BOMFIM, 1998, p. 677).

Ao questionar-se sobre a existência de um espírito revolucionário nacional, Manoel Bomfim apoia-se na Revolução Cartista como modelo detentor de um espírito genuinamente revolucionário e chega no Abolicionismo como grande inspiração local à disposição dos brasileiros. Não por acaso, seu último livro traz na epígrafe a dedicatória “à glória de Castro Alves, potente e comovida voz da Revolução.” Manoel Bomfim prevê uma vanguarda depositária do espírito revolucionário e responsável pela missão de conduzir a revolução nacional. Nessa “pequena minoria, votada ao sacrifício pessoal”, de “Iluminados”, de “apóstolos da revolução” (BOMFIM, 1998, p. 682) está a conclusão romântica para a construção da alma nacional, anunciada na segunda parte de *O Brasil Nação, Tradições*, no capítulo VI – *Novo ânimo*. Do influxo da poesia nacional nasce a tradição, do lirismo brasileiro de Gonçalves Dias a Casimiro de Abreu, em Álvares de Azevedo, em Fagundes Varela, no indianismo, poetas “romanticamente patriotas” lançam o “novo ânimo revolucionário”, o novo espírito das Revoluções brasileiras inaugurado com a Abolição, desdobrando-se na República, conforme Bomfim, e preparando o solo para a renovação da tradição governante. O sociólogo sergipano que considerava-se um “utopista” avança sua reflexão revolucionária confiante no destino do Brasil:

“(...) a imaginação se precipitará para traçar a curva sobre o porvir... Ergamos no coração a forma do destino ideado – beleza, a escalar grandezas, numa marcha de lâminas ao sol. E, por que não?... A grandeza de um povo está nos fins morais que ele incluiu, na dose de bondade que vai deixando pela vida, nos recursos intelectuais que incorpora aos destinos sociais. (...) Cada um de nós, que mergulha a consciência na miséria circundante, e tem fundido o seu destino no desta tradição brasileira, erguerá o olhar para o longe, e dará um passo para lá...” (BOMFIM, 1998, p. 684).

Toda a discussão em torno da “alma nacional” evidencia a necessidade de agência de uma elite cultural, depositária de elementos que remontem a uma tradição própria e que possam forjar uma identidade nacional capaz de inspirar gerações de brasileiros à ruptura com os mecanismos parasitários que conformam a nação ao atraso. A vanguarda romântica identificada por Bomfim aponta para o sentido de uma Revolução das Letras, sendo a elite revolucionária responsável pela difusão da educação massiva, da cidadania e da formação de um novo caráter nacional. Tais condições possibilitam o amadurecimento de uma meio intelectual, potencializam a circulação de ideias e formam uma esfera pública qualificada. Essa imaginação política de Bomfim responde aos dilemas da questão nacional, em voga nos anos 1930, e reflete criticamente sobre as inconsistências da Primeira República em relação à instrução pública, à cidadania e à democracia.

Os sentidos da revolução de Manoel Bomfim conduz, por fim, o *Brasil Nação à América Latina* por laços de solidariedade e justiça social, muito necessários nos dias de hoje. Embora a obra final, disposta numa trilogia, tenha dado ênfase à história do Brasil, a integração latino-americana permaneceu vigorosa em seu horizonte político:

“(...) um efetivo e cordial movimento de aproximação – de todos os povos ibéricos do continente, o sonho generoso de Arruda Câmara e dos seus pupilos, e que foi o glorioso programa de Bolívar; toda a América irmanada – sonho-utopia para o resto do mundo, possibilidade banal para este Novo Mundo, sem perspectiva de guerras; um bem disseminado regime educativo, solidarizante em torno do sentimento nacional, embora simples

e crescente expansão da cordialidade; a possibilidade, para todos que o quiserem, de dar-se, à pura ciência; o Estado apenas para impedir a injustiça e assegurar a defesa social contra o mal evitável...” (BOMFIM, 1998, pp. 684-685)

O autor concluiu *O Brasil Nação* em Março de 1928, quando entregou a obra para edição. No posfácio, em 1931, quando o livro é publicado, ele tem a possibilidade de deixar suas reflexões sobre o golpe de 1930. Em primeiro lugar, Bomfim questionou o termo “revolução” para o acontecimento, condenando, desde a Proclamação da República, o envolvimento dos militares na política, identificando-os por uma “mentalidade de idealismo”, “realçada em messianismo” que, eventualmente, desata em movimentos e levantes que transformam-se em “assaltos ao poder”. O autor compreendeu o golpe de 1930 como um desentendimento entre as oligarquias de Minas e São Paulo e como um fenômeno oriundo da tradicional “politicagem da classe profissional”. As comparações e alertas em relação a Mussolini foram feitas, com Bomfim chamando os revolucionários de 30 de “fascistas crioulos”. O posfácio trouxe ainda um reiterado clamor pela reforma agrária, pelo desenvolvimento da região amazônica, pela organização trabalhista dos operários e críticas aos gastos exorbitantes com os militares:

“(...) um jato verdadeiramente revolucionário dispensaria todo esse aparelho obsoleto, com economia das dezenas de milhares de contos que custam quartéis, etapas, marechais e canhões inúteis. Este fabuloso orçamento ficaria no regaço da nação para o preparo das gerações de brasileiros”. (BOMFIM, 1998, p. 699).

No entendimento de Bomfim, os militares começaram a constituir uma “casta” e, mais uma vez, o espírito do conservantismo reproduzia-se entre a classe dirigente brasileira.

## Considerações finais

O percurso que tomou-se para investigar o pensamento de Manoel Bomfim começa no projeto emancipador continental que o autor apresenta em *América Latina* e termina em sua proposta de revolução anunciada em *O Brasil Nação*. A travessia entre suas obras foi eivada de nexos histórico e conceitual em sua leitura do Brasil e das nações sul americanas. Pela preocupação com a formação social característica do mundo colonial ibero-americano e em sua explicação peculiar dos nossos “males de origem” através da noção de *parasitismo social*, Manoel Bomfim traça possibilidades hermenêuticas de compreensão das relações entre metrópole e colônia. Ao estender o conceito para as relações de classes travadas nas sociedades pós-coloniais e nas repúblicas nascentes, o autor encontra o conceito de *bragantismo* como chave explicativa da lógica espoliadora e conservadora das desigualdades sociais no Brasil.

O influxo revolucionário e sua resistência, em formas conservadoras e reacionárias, aparece relacionado aos principais conceitos mobilizados no pensamento de Bomfim. Sua noção de revolução e seu contrário, o *conservantismo*, aparecem entrelaçados em diferentes momentos emancipatórios da história brasileira. O autor identifica como os grupos sociais dominantes se acomodam diante dos processos de ruptura, tendendo sempre à conservação de poder e de privilégios. Essa barreira à revolução é problematizada teoricamente por Bomfim e o sentido de sua superação é traduzido por uma *práxis* condensada em seu projeto político.

As revoluções nascem com o caráter continental, na luta anticolonial, tornam-se nacionais nos processos independentistas e se configuram como luta de classes, na medida em que as sociedades ibero-americanas modernizaram suas estruturas econômicas. Dotado de uma leitura característica, Manoel Bomfim empreende um edifício conceitual rico para se pensar a formação nacional, as causas do atraso, os desafios para a sociedade brasileira, os arranjos políticos próprios do Brasil e da América Latina, bem como os sentidos de seus projetos emancipatórios. Pensador da revolução, o sociólogo sergipano põe-se em cena como voz ativa da tradição radical e progressista de nossa história política.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Ronaldo Conde. O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. In: **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. 2000. p. 561-561.

ALBIZÚREZ GIL, Mónica. Modernidades extremas: textos y prácticas literarias en América Latina: Francisco Bilbao, Manuel González Prada, Manuel Ugarte y Manoel Bomfim. **Modernidades extremas**, p. 1-390, 2016.

ALEXANDER, Jeffrey C. ALEXANDER, Jeffrey C.; GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. A importância dos clássicos, 1999.

\_\_\_\_\_. **The meanings of social life: A cultural sociology**. Oxford University Press, USA, 2006.

ALMEIDA, Sidinilha Sampaio de. Os sentidos da retomada de Manoel Bomfim no século XXI. 2006.

ALTHUSSER, Louis. “Infraestrutura e superestrutura”. In: Aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa: Editora Presença. p. 25-29.

ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido**. Achiamé, 1979.

\_\_\_\_\_. **Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical**. Editora Expressão Popular, 2008.

ANDERSON, Benedict R. Introdução In. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo/Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. **São Paulo: Companhia das Letras**, 2008.

ALMEIDA, Antonio Charles Santiago; DE NOVAIS SANTIAGO, Valkiria. Perspectivismo e circunstancialismo na obra de Gilberto Freyre: a presença de Ortega y Gasset em Casa-Grande & Senzala. **Especiaria**, v. 16, n. 28, p. 321-335, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BARBOZA FILHO, Rubem. A modernização brasileira e o nosso pensamento político. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 37, 2010.

\_\_\_\_\_. As linguagens da democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 15-37, 2008.

\_\_\_\_\_. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**. Editora UFMG, 2000.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Editora Companhia das Letras, 2011.

BECHELLI, Ricardo Sequeira. **Metamorfoses na interpretação do Brasil-Tensões no paradigma racial (Silvio Romeiro, Nina Rodrigues, Euclides**



**da Cunha e Oliveira Vianna**). 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BETHELL, Leslie. Conferências Pan-Americanas. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**, v. 1930, 1889.

\_\_\_\_\_. História da América Latina: América Latina Colonial (vol. 1). 1997.

DA AMÉRICA LATINA, História. vol. 1: América Latina Colonial. **São Paulo/Brasília**, 1997.

\_\_\_\_\_. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 22, p. 289-321, 2009.

\_\_\_\_\_. *Cambridge History of Latin America*. Volume 3: From Independence to c.1870. Edited by Leslie Bethell, *University College London: Cambridge University Press*, 2008.

BETHELL, Leslie (Ed.). **From Independence to c. 1870**. Cambridge University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Cambridge History of Latin America*. Volume 4 c.1870 to 1930. Edited by Leslie Bethell, *University College London: Cambridge University Press*, 2008.

BILBAO, Francisco. *Sociabilidad chilena*. Santiago: Periodico literario y científico, 1844.

\_\_\_\_\_. *Estudíos sobre la vida de Santa Rosa de Lima*. Buenos Aires: *Imprenta y litografía de Bernheim y Bonco*, 1861.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**. Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. **América Latina: Males de origem** [Latin America: Evils of origin] Rio de Janeiro. 1993.

\_\_\_\_\_. **O Brasil na América: caracterização da formação brasileira**. Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**. Record, 1998.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Pierre. **Campo del poder y campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. “**Radicalismos**”. *Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol.4, n.8, 1990.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, 2005, pp. 231 a 269.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Trad. Ivone Moreira. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2015.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Como escrever a História do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP; 1ª edição, 2011.

CASTRO, Braulio Rojas. La insociable sociabilidad chilena. Tensiones entre potencia política e ingobernabilidad democrática. Reflexiones en torno a Francisco Bilbao. LA CAÑADA N°5, 2014. pp. 123-137.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Cesare Lombroso e Raimundo Nina Rodrigues entre as ciências do século XIX: o estudo do negro como criminoso. Chaos e Kosmos XV, 2014.

COSTA, CICERO JOÃO. Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil: querela entre Sílvio Romero e Manoel Bonfim em torno da herança portuguesa na formação brasileira. **Intelligere**, n. 6, p. 26-26, 2018.

DA SILVA, Ligiane Aparecida; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Manoel Bomfim: debates parlamentares sobre estado e instrução primária na primeira década do século XX. **Revista Inter Ação**, v. 41, n. 1, p. 083-102, 2016.

DARWIN, C. Origem das espécies. Belo Horizonte: Itatiaia. 2002.

\_\_\_\_\_ A origem do homem e a seleção sexual. Belo Horizonte: Itatiaia. 2004.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque; CANDIDO, Antonio; DE MELLO, Evaldo Cabral. **Raízes do Brasil**. J. Olympio, 1936. Gilberto Freyre Casa Grande & Senzala.

DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. Fragmentos de estudos da história da Assembleia Constituinte do Brasil. Senado Federal. Brasília, 2006.

DEMOOR, Jean; MASSART, Jean; VANDERVELDE, Émile. **L'évolution régressive en biologie et en sociologie**. Ancienne Librairie Germer Baillière et Ca., 1897.

DONGHI, Tulio Halperin. História da América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

DUSSEL, E. D. Filosofia na América Latina: filosofia da libertação. São Paulo: Loyola, 1977.

\_\_\_\_\_. Transmodernity and interculturality: an Interpretation from the perspective of philosophy of liberation. Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World, v. 1, n. 3, p. 1-26, 2012.

DOS SANTOS SILVA, Josenias. MALES DE ORIGEM: O PENSAMENTO SOCIAL DE MANOEL BOMFIM ATRAVÉS DA OBRA AMÉRICA LATINA (1905). **Contraponto**, v. 1, n. 1, p. 76-93, 2011.

DURKHEIM, É. As Regras do Método Sociológico (3a). 2014.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. Introdução à sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

Estudos Históricos Latino-Americanos: conexões Brasil e América Latina. / Organizadores: Camila Silva, Cyanna Missaglia de Fochesatto, Estela Carvalho Benevenuto, Jonathan Fachini da Silva, Lidiane Elizabete Friderichs, Priscilla Almaleh. – Porto Alegre: Forma Diagramação, 2017.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_ : A Integração do Negro na Sociedade de Classes. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

FLORENZANO, M. A Revolução russa em perspectiva histórica e comparada. Lua Nova, São Paulo, 75: 41-57, 2008.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. Problemas atuais da Filosofia na Hispano-América. Porto Alegre: Unisinos, 1993.

\_\_\_\_\_ : Interculturalidad y filosofia en America Latina. Aachen, 2003.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Global, 2006.

FONTANA, Felipe; DA SILVA MAZUCATO, Thiago Pereira. A Constituição de uma Sociologia Política no Brasil: vínculos entre o Pensamento Durkheimiano e a Interpretação de Oliveira Vianna sobre o Povo e as Instituições Políticas Brasileiras. **Em Debate**, n. 12, p. 110-135, 2014.

GIMENES, Éder Rodrigo. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Agenda Política**, v. 2, n. 2, p. 119-151, 2014.

GOMES, Carlos Alberto. As fases históricas do pensamento latino-americano e hispânico. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 9, n. 2, p. 23-37, 2018.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, educador e “cientista da educação”. **Manoel Bomfim**, 2015. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. Manoel Bomfim: "pensador da história" na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, v. 23, p. 129-154, 2003.

\_\_\_\_\_. **MANOEL BOMFIM (1868-1932) E O BRASIL NA HISTÓRIA**. 2001. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

IRWIN, Robert Mckee. Bandits, Captives, Heroines, and Saints Cultural Icons of Mexico's Northwest Borderlands. University of Minnesota Press, 2007.

KETTNER, Michele N. Manoel Bomfim: “ensaiando a mestiçagem” em América Latina. *Ci. & Tróp.*, Recife, v.34, n. 1, p.135-154, 2010.

KOSELLECK, Reinhart; RICHTER, Michaela W. Crisis. **Journal of the History of Ideas**, v. 67, n. 2, p. 357-400, 2006. KOSELLECK, Reinhart. Crítica e crise:

Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto, 1999.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Oswaldo Cruz, (1):80- 98, mar./jun. de 1996.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. Unesp, 2002.

LEONIDIO, Adalmir. Em torno das origens: Leroy-Beaulieu e o pensamento social brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13, outubro 1999: 119-138.

LEROY-BEAULIEU, Paul. **De la colonisation chez les peuples modernes**. Félix Alcan et Guillaumin réunies, 1908.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social - elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1996.

LOBATO, Monteiro. Cidades Mortas. São Paulo: Brasiliense, vol 2, 1959.

\_\_\_\_\_.Ideias de Jéca Tatú: Brasiliense, 1951.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955) Post-colonial theory and brazilian thought in the works of Guerreiro Ramos: the sociological thinking (1953-1955). **Caderno CRH**, v. 28, p. 27-45, 2015.

MAIA, João Marcelo E. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. **Sociedade e estado**, v. 26, p. 71-94, 2011.

MANNHEIM, Karl; WILLEMS, Emilio. **Ideologia e utopia: introdução à sociologia do conhecimento**. Globo, 1956. Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).

MARTÍ, José. *Nuestra America*. Nova Iorque: La Revista Ilustrada, 1891.

\_\_\_\_\_ Nossa América. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: HUCITEC, 1983. 254p. p:194-201. (Texto original de 1891).

MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira. *Política & Sociedade*. Volume 9 – Nº 17 – outubro de 2010.

MATA, Iacy Maia. *Conspirações da raça de cor: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*.

MATHIEZ, Albert. *Le bolchevisme et le jacobinisme*. Librairie du Parti socialiste et de l'Humanité, 1920.

MATOS, Sergio Campos. Manoel Bonfim e Oliveira Martins: olhares cruzados sobre Portugal e o Brasil. In: **SARMENTO, Cristina Montalvão e GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (Coords.)**. **Culturas cruzadas em português: redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, séculos XIX-XX)**, v. 3, p. 41-65.



MELO FRANCO, Afonso Arinos de. O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de A OUTRA INDEPENDÊNCIA: FEDERALISMO PERNAMBUCANO DE 1817 E 1824 R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 168 (436):93-107, mai./jun. 2007.

MORENO, César Fernández. **América Latina em sua literatura**. Editora Perspectiva, 1979.

MOORE JR, B. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORSE, Richard M. O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas. In: **O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. 1988. p. 190-190.

MYERS, Jorge. Hacia la Completa Palingenesia y Civilización de las Naciones Americanas: literatura romántica y proyecto nacional, 1830-1870, p. 245.

NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República—c. 1870-1940**. EdiPUCRS, 2015.

NIGRI, André. Monteiro Lobato e o Racismo. Revista Bravo, São Paulo, 2011.

NOVAIS, Fernando Antonio. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII). 2018.

OLIVEIRA, Fayga M. Além da Tempestade: identidades latino-americanas e projetos políticos no Brasil no início do século XX.

OLIVEIRA, L.L. A questão nacional na Primeira República, São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. Manuel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo?. **Sociologia & Antropologia**, v. 5, p. 771-797, 2015.

OLIVEIRA SILVA, José Maria de. Da educação à revolução: radicalismo republicano em Manoel Bomfim. São Paulo: USP/Departamento de História, 1990, dissertação de mestrado.

OLIVEIRA VELOZZO, Júlio César de. *Um Dom Quixote gordo no deserto do esquecimento. Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Brasileiros. USP.

ORELLANO BENADO, M.E. Francisco Bilbao y la Revolución de 1810. Disponível <http://www.franciscobilbao.cl/1909/article=81814.html>. em: Acesso: 01/09/2021.

ORTEGA Y GASSET. Meditações de Quixote. Vide Editorial, 2019.

\_\_\_\_\_. Sobre a razão histórica. Vide Editorial, 2020.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAREDES, Marçal de Menezes. Configurações Luso-Brasileiras: fronteiras culturais, demarcações da história e escalas identitárias (1870 – 1910).

PARETO, V (1984). *Pareto*. RODRIGUES, J. A. (Org.). São Paulo: Ática.

PITA et al. Mundo Ibero-americano. Entre a Tradição e a Modernidade. António Pedro Pita, Maria Emilia Prado, Michele Salles (org.). Campina Grande, Coimbra: Editora da Universidade Federal de Campina Grande e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

PITA, António Pedro; PRADO, Maria Emilia; SALES, Michelle. **Mundo Ibero-Americano: Entre a Tradição e a Modernidade**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2020.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_ e PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. En: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de

Ciencias Sociales, 2005.

RAEDERS, Georges. **O inimigo cordial do Brasil: o conde de Gobineau no Brasil**. Paz e Terra, 1988.

RÉ, Flavia Maria. Estados Unidos e América Hispânica: espelhos para uma jovem República.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. **BOMFIM, Manoel. A América Latina. males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 9-20, 1993.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **Poder eclesiástico e inquisição no século XVIII luso-brasileiro**: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-27092012-114557. Acesso em: 2022-11-22.

ROJAS, Braulio. La insociable sociabilidad chilena: Tensiones entre potencia política e ingobernabilidad democrática. Reflexiones en torno a Francisco Bilbao. **Revista La Cañada: pensamiento filosófico chileno.**, n. 5, p. 123-137, 2014.

ROMERO, Silvio. A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim. Porto: Chardron, 1906.

ROSCHER, Wilhelm. **Auswanderung**. Winter, 1885.

\_\_\_\_\_. **Principes d'économie politique**. Guillaumin, 1857.

SALLUM JÚNIOR, Brasília João. Linhagens do pensamento político. **Gramsci e o Brasil**, 2007.

SÁNCHEZ CONCHA BARRIOS, Rafael. **Santos y santidad en el Perú virreinal**. Vida y espiritualidad, 2003.

SAMPAIO, Cesar Luis. “Proteção já é meia conquista” — A nacionalidade em Manoel Bomfim. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2005.

SANTOS JÚNIOR, Valdir Donizete dos. A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898 – 1914). Dissertação, História Social, USP.

SANTOS, *Davi Siqueira*. *A AMÉRICA LATINA, DE MANOEL BOMFIM, E ARIEL, DE JOSÉ ENRIQUE RODÓ: DOIS ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO LATINO-AMERICANA*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista.

SEBASTÍAN. Javier Fernández (dir.), *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009 y 2014, 11 vols. en 2 tomos.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2003.

SILVA, José Maria de Oliveira. Salvar a América—Educação e História: nuances do radicalismo em Manoel Bomfim. **Revista Brasileira de História**, p. 115-134, 1990.

SILVA, Josenias dos Santos. MALES DE ORIGEM: O PENSAMENTO SOCIAL DE MANOEL BOMFIM ATRAVÉS DA OBRA AMÉRICA LATINA (1905) CONTRAPONTO – Revista Eletrônica de História, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011.

SILVEIRA, Cristiane da. (Re)leituras de Manoel Bomfim (sic): a escrita da história do Brasil e o ser negro na passagem do século XIX para o XX. Tese de doutorado. PUC/SP. São Paulo, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930); tradução Donaldson M. **Garschagen, São Paulo: Companhia das Letras**, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. Civilização brasileira, 1978.

SOLAR, Domingo Amunategui. Pipiolos y Pelucones. Santiago: Universo S.A, 1939.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SÜSSEKIND, Flora; VENTURA. **Roberto. História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Companhia Editora Nacional, 1982.

UGARTE, Manoel. La Patria Grande. Buenos Aires: Capital Intelectual S. A., 2010.

UEMORI, Celso Noboru et al. Explorando em campo minado: A sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional. **Doutorado, PUC, São Paulo**, 2006.

VENTURA, R. Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. A América Latina: males de origem. In: MOTA, Lourenço Dantas. (org). Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2002. p. 237-258. v.2.

VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição.: Editora Nacional, Porto Alegre, 1939.

WALLERSTEIN, I. The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the 16th. Century. New York: Academic Press, 1974, v. 1.

WRIGHT MILLS, C. A elite do poder. 4. Ed. 4. Ed. Io de Janeiro: Zahar, 1982.

ZEA, Leopoldo. The Latin-American Mind. Oklahoma: The University of Oklahoma Press, 1963.

